



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2014 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A TRINTA DE SETEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE**

**Acta nº 6/2014**

**Aprovada em 29/04/2014**

No dia trinta de Setembro de dois mil e catorze teve lugar no Salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quarta sessão ordinária de 2014 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

**Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara;**

**Ponto 2 – Minuta do Contrato de Financiamento/Empréstimo com o IHRU/BEI sobre o Programa “Reabilitar para Arrendar”;**

**Ponto 3 – Ponte do Cabouco – Auto de vistoria e transferência para as Câmaras Municipais de Coimbra e Miranda do Corvo;**

**Ponto 4 – Aquisição do prédio urbano sito na rua Ferreira Borges, nºs 18 a 24, e Praça do Comércio, nºs 65 e 67, em Coimbra;**

**Ponto 5 – IParque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, S.A.- alienação de acções;**

**Ponto 6 – Prémio de Jornalismo Adriano Lucas 2014 – alteração ao regulamento;**

**Ponto 7 – Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto;**

**Ponto 8 – Regulamentos das Instalações Desportivas Municipais:**

- Pavilhão Municipal Multidesportos Dr. Mário Mexia;
- Estádio Municipal de Taveiro “Sérgio Conceição” - Taveiro;
- Piscinas Municipais Luís Lopes da Conceição;
- Piscinas Municipais Rui Abreu;
- Centro Olímpico das Piscinas Municipais;
- Piscina Municipal de Celas;
- Campo Municipal da Arregaça;

**Ponto 9 – Regulamento e Tabela de Taxas e Preços Municipais – proposta de alteração;**

**Ponto 10 – Regulamento do Programa “Coimbra tem mais encanto”;**

**Ponto 11 – Conselho Municipal de Educação**

**Ponto 12 – Atas.**

#### **Presenças**

##### **Da Bancada do Partido Socialista (PS):**

Fernando Luís Torres Marinho, José Manuel Ferreira da Silva, Isabel Maria Nobre Vargues, Maria do Céu Grácio Zambujo Fialho, Mário António dos Santos Carvalho, Rosa Isabel Cruz, Manuel Milagre de Sousa, António José Costa Sequeira, Maria Ângela Duarte Carvalheiro Pinto Correia, Maria Isabel Fernandes de Carvalho Garcia, Horácio José Campos da Paz Santiago, José António de Oliveira Marques Cortesão, Ana Paula Marques Soares Pinto Bravo.

##### **Presidentes de Juntas:**

António Ferreira Coelho, João Paulo Nunes Marques, José Fernando dos Santos, José Manuel Seiça Salgado, Paulo Jorge de Almeida Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel Simões, Manuel Veloso da Costa e Jorge Manuel Lebre da Costa Veloso.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Da Bancada “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):**

Manuel Augusto Lopes Rebanda, Maria Helena Cavaleiro Costa Brandão Moura Ramos, Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas, Miguel Jorge Pignatelli da Ataíde Queiroz, Alexandre da Conceição Rodrigues de Barros, Rui António Pires Marques, Cristina Isabel Ferreira Figueiras Faustino Agreira, Júlio da Fonseca Gaudêncio, Tiago Miguel Rodrigues Fidalgo e Inês Pinto dos Santos Parada da Costa.

### **Presidentes de Junta:**

José Augusto Gomes da Silva Simão, Hélder Rodrigues de Abreu, Maria da Graça Marques Oliveira e Ricardo Luís Morais Rodrigues.

### **Da Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU):**

João Carlos Tavares Pinto Ângelo, Isabel Margarida da Silva Luís Fonseca, Jorge Freitas Seabra, Paulo Jorge Gaspar Coelho e Carlos Alberto Sousa Ferreira.

### **Presidentes de Juntas:**

Vitor Manuel Alves Carvalho, José Luís Faria Pimenta e Jorge Espírito Santo Mendes.

### **Da Bancada Cidadãos Por Coimbra (CPC):**

José Joaquim Dinis Reis, Ana Leonor Cruzeiro de Oliveira Barata, Catarina Isabel Caldeira Martins e Rui Melo Pato.

### **Da Bancada Partido Popular (CDS/PP):**

José Joaquim Sampaio Nora

### **Da Bancada União de Freguesias de Souselas e Botão (USB)**

Rui Manuel Sousa Soares

### **Presenças da Câmara Municipal:**

Além do Presidente da Câmara Manuel Augusto Soares Machado estiveram presentes os vereadores Rosa Maria dos Reis Marques Furtado de Oliveira, Carlos Manuel Dias Cidade, Jorge Manuel Maranhas Alves, Carina Gisela Sousa Gomes, Francisco José Pina Queirós, José António Raimundo Mendes da Silva, José António Pinto Belo e José Augusto Moreira Ferreira da Silva.

### **Mesa:**

Presidiu a sessão Fernando Luís Torres Marinho que foi secretariado por Maria Helena Cavaleiro Costa Brandão Moura Ramos, como Primeiro Secretário e Vitor Manuel Alves Carvalho, como 2º Secretário.

### **O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram quinze horas**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de suspensão de mandato nos termos do Artº 78º, da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

O deputado municipal **André Luís Paiva Serra de Oliveira** pelo período de 3 dias com início a 29 de Setembro; os deputados municipais **Nuno Filipe Reis da Silva** e **André Gonçalo Dias Pereira** apenas para o dia desta sessão da Assembleia Municipal;



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PS), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição os seguintes cidadãos **Ana Paula Marques Soares Pinto Bravo, José António Oliveira Marques Cortesão e Horácio José Campos da Paz Santiago.**

Os deputados municipais **António Maló de Abreu, Ana Filipa Janine Simões Martins, Rui Armando Dias Gaspar Henriques de Campos e Joana Margarida Alves Martins,** para o dia desta sessão da Assembleia Municipal;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foram contactados os cidadãos imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foram eleitos (PPD/PSD/PPM/MPT), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponíveis para a respectiva substituição **Júlio da Fonseca Gaudêncio, Inês Pinto dos Santos Parado da Costa, Cristina Isabel Ferreira Figueiras Faustino Agreira, Rui António Pires Marques e Tiago Miguel Rodrigues Fidalgo.**

Deputado municipal **José António Bandeirinha,** para o dia desta sessão da Assembleia Municipal;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir pelo partido pelo qual foi eleito (CpC), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Rui de Melo Pato.**

Deputado municipal **Manuel Vaz Pires da Rocha** para esta sessão da Assembleia Municipal;

Nos termos do nº1 art.º 79º do mesmo diploma, foi contactado o cidadão imediatamente a seguir, pelo partido pelo qual foi eleito (CpC), na lista aprovada pelo Tribunal da Comarca de Coimbra, tendo-se mostrado disponível para a respectiva substituição **Carlos Alberto Sousa Ferreira.**

Nos termos da alínea c) do artigo 38º da Lei nº5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais, **Manuel Correia de Oliveira,** apresentou um requerimento à Assembleia Municipal no sentido de se fazer representar pela Secretária do Executivo da Junta – **Maria da Graça Marques de Oliveira,** nos termos do mesmo diploma.

### **Período Antes da Ordem do Dia:**

#### **Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):**

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Venho apresentar dois assuntos:

#### Polícia Municipal

Tem por missão ‘*ajudar os munícipes a viver e a conviver melhor no concelho*’, com o principal objectivo de permitir melhorar os padrões de convivência cívica e a protecção dos cidadãos, exerce a sua competência em toda a extensão geográfica do Município, nas suas 31 freguesias, com maior incidência na área urbana da cidade, face aos constrangimentos em termos de números de efectivos, mas com a preocupação alargada a todo o concelho de Coimbra. Falo obviamente da Polícia Municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Amanhã, dia 01 de Outubro, ocorrerá o seu 11º Aniversário da sua instalação ao serviço da Cidade de Coimbra. Os nossos parabéns e o reconhecimento pelos serviços prestados já que, é uma mais-valia para a cidade e para o distrito.

### Escola Silva Gaio

O segundo ponto que aqui trago, resulta da sequência de um pedido por parte de um Representante dos Pais e Encarregados de Educação no Conselho Geral do Agrupamento de Escolas Coimbra Centro e que tem a ver directamente com a Escola Silva Gaio.

É feito um pedido de informação, que eu tenho as minhas dúvidas que deva ser colocado, à Câmara Municipal de Coimbra, atendendo a que, toda esta onda de encerramentos, deve-se acima de tudo ao Governo e ao Ministério de Educação.

Tendo eu feito uma pequena observação pelo número de escolas encerradas no distrito, são mais de 40, sendo a sua maioria, ao nível do concelho de Coimbra.

O que eu queria deixar aqui e não vou desafiar a Câmara Municipal de Coimbra a responder, mas acabo por desafiar a própria bancada afecta ao governo, já que se de uma monarquia se tratasse, este ministro provavelmente ficaria conhecido pelo Ministro Crato “*O Encerrador*”.

É notável o gosto que o Governo tem pelo sector privado em detrimento pelo sector público.

Não sei se este Ministro, já que é um pouco moda, tem algumas despesas de representação na área, mas fica aqui o desafio à bancada do PSD, o que é que tem a dizer sobre este assunto que é uma preocupação destes pais em saber se efectivamente a Escola Silva Gaio encerra ou não.”

### **Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):**

“Boa tarde a todos e a todas.

Esta intervenção da CDU vai centrar-se na questão da abertura do ano lectivo e das escolas.

Num tempo em que tanto se fala de inevitabilidades, seria inevitável não analisar, nesta sessão da Assembleia Municipal, os desaires de mais um arranque de ano lectivo na escola pública.

E friso, *na escola pública*, porque é esta que tem estado na berlinda ao longo destes anos e é esta que convém que passe cá para fora uma má imagem, porque é esta que interessa abater.

Da colocação de professores, à constituição de turmas, à consideração, ou não, dos alunos com necessidades educativas especiais, ao encerramento de escolas do 1º ciclo, mais uma vez se confirma as intenções políticas de um governo que prossegue a saga de desresponsabilização, desvalorização e que instala a confusão e o desagrado para denegrir o serviço público de educação e ensino.

Podemos questionar o que há aqui de novo que não tenha sucedido nos últimos anos?

Efectivamente muitas destas situações fazem parte da realidade da comunidade educativa desde 2006/2007... o encerramento de escolas do 10 ciclo ou o sistema de colocação de professores, são duas realidades que mais caracterizam o processo que vem sendo desenvolvido, por sucessivos governos, intencionalmente para desacreditar a escola pública, para alterar procedimentos justificados convenientemente pela confusão que se instala.

Um processo desenhado desde logo no início do governo de José Sócrates, continuado ao longo destes últimos anos pelo governo PSD/CDS, muda governo mantêm-se políticas, reforçando e clarificando as intenções, como provam as medidas consideradas no “*Guião para Reforma do Estado*” da autoria do actual governo de Passos Coelho e Paulo Portas. A intenção, é desde há anos, criar situações, situações cujo impacto é “*correr mal*”, para justificar as medidas que visam aniquilar com a escola pública, aquela onde todos os anos o início do ano lectivo é intencionalmente um quebra-cabeças para Directores, docentes, alunos e famílias.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

No concelho de Coimbra a falta de professores criou confusão em muitas escolas, obrigando professores a assumir mais do que 1 turma se do 1º ciclo (foi o caso da EBI Vale das Flores onde faltavam 3 docentes, até 6ª feira), no 2º e 3º ciclo e secundário muitos alunos tiveram os seus dias com períodos sem aulas, sendo que muitas destas situações foram colmatadas com recurso a substituições por outros docentes, ou seja, mais uma vez, os docentes da escola pública e os directores de estabelecimentos públicos da educação, a “salvar” os erros e a incompetência, intencionalmente competente, do Ministério da Educação.

Quanto ao encerramento de escolas do 1º ciclo, Coimbra foi de novo “atacada” com força e mais uma vez à margem das opções da comunidade educativa. Encerraram as escolas de Cidreira, Vil de Matos, Lordemão, Paço e, como presente fora de prazo, o Ministério da Educação e a Degeste, decidiram também encerrar a escola do 1º ciclo que funcionava na EB 2/3 Poeta Silva Gaio.

A CDU lembra que esta escola nasceu na sequência do encerramento da escola do 1º ciclo das Lages e do Paço, em Santa Clara.

Acresce ainda que a EB 2/3 Silva Gaio que pertence ao agrupamento Coimbra Centro, este ano viu serem cortadas as turmas dos Cursos EFA, viu inviabilizada a possibilidade de englobar turmas do pré-escolar na EB 2/3.

Senhor Presidente da Câmara, Senhor Vereador da Educação estará por detrás destas decisões da Ministério da educação, da Degeste, a intenção de encerrar a EB 2/3 Poeta Silva Gaio?

Haverá aqui uma intenção de construir uma situação para se poder provar a inevitabilidade do encerramento de uma escola que por esta via também está a perder alunos?

Este ano,... do ano lectivo anterior para este, perde mais de 50 alunos e portanto, de passo a passo se irá provar conforme pretende este governo que a escola venha a fechar

Ainda sobre os contínuos encerramentos das escolas do 1º ciclo, não pode a CDU deixar de reforçar a chamada de atenção que já aqui apresentamos no passado. O facto de estas escolas estarem rodeadas de colégios com contractos de associação que, efectivamente, têm esvaziado a escola pública. Reportando-nos a encerramentos anteriores, todos têm na sua área de influência colégios,... alguns fora do concelho de Coimbra como é o caso do Instituto de Ançã ou o Colégio de Cantanhede. Como exemplo talvez referir a situação de Antuzede que de 4 escolas enquanto freguesia autónoma, fica apenas com uma, pois a União freguesias de Antuzede! Vil de Matos perdeu agora duas escolas — Cidreira e Vil de Matos.

Para além da evidência da influência dos Colégios com contracto de associação, construídos a menos de 4Km das escolas públicas, não cumprindo a lei, não podemos deixar de condenar o facto da autarquia de Coimbra sustentar este impulso ao desvio de alunos para o privado, assumido despesas de financiamento de transporte de alunos, para os referidos colégios até, pasme-se, para fora do concelho. Refiro-me ao anterior executivo da Coligação por Coimbra, esperando desde já, que o actual executivo, cumpra o que prometeu no início do seu mandato — acabar com estes apoios financeiros.

Se analisarmos os circuitos que os transportes próprios dos diversos colégios fazem, percebe-se como é fácil e barato encher as turmas desses colégios, e conseguir assim aumentar as chorudas verbas que são transferidas do Orçamento de Estado

A título de exemplo: o Instituto Educativo de Lordemão vai buscar alunos às freguesias de Eiras, Santa Clara, Santa Cruz, Santo António dos Olivais, S. Matinho de Árvore, S. Martinho do Bispo, S. Paulo de Frades, Taveiro, Torre de Vilela, Torres do Mondego.

Por exemplo: o Colégio de S. Martinho vai ao Ameal, Antanol, Antuzede Arzila, Assafarge, Eiras Santa Clara, Santo António dos Olivais, S. Martinho e Vil de Matos



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O actual executivo assumiu recentemente o fim deste privilégio. A CDU estará atenta à consolidação dessa intenção, na defesa do erário público, na defesa da escola pública.

### Instalação das grandes superfícies

Queria agora fora deste contexto da educação, trazer aqui uma preocupação da CDU que tem a ver com notícias recentes quanto à possível construção no concelho e, no coração da cidade de mais 2 grandes superfícies nomeadamente, fala-se, lê-se nos jornais, o Continente, na Auto Industrial e o Pingo Doce nas instalações que pertenceram à Marco Pólo.

Para a CDU tem sido nossa prática e nossa política a defesa do comércio tradicional.

As grandes superfícies em Coimbra, no concelho, estão implementadas dentro da Cidade, nem sequer é nas periferias e parece-nos que estas duas situações a concretizarem, não deverão ter o aval da autarquia porque isso seria a morte do pouco que ainda existe do comércio tradicional em Coimbra.”

### **Intervenção do deputado municipal António Sequeira (PS):**

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Exmos Senhores e Senhoras

#### SNS

No passado dia 15 de Setembro comemorou-se o 35º aniversário do Serviço Nacional de Saúde (SNS), embora atravessasse tempos difíceis, fruto de uma política de direita, não iremos permitir que o mesmo seja desmantelado.

Foi uma conquista que muito nos custou alcançar e por tal não iremos permitir que um direito de todos seja transformado, num privilégio de alguns.

Enquanto cidadãos não abdicaremos dos direitos consagrados na carta dos direitos de acesso aos cuidados de saúde pelos utentes do SNS (Lei n.º 41/2007 e Portaria n.º 1529/2008) que a título de ex. consagra direitos como:

- A prestação de cuidados em tempo considerado clinicamente aceitável para a sua condição de saúde;
- Ser informado em cada momento sobre a sua posição relativa na lista de inscritos para os cuidados de saúde que aguarda.

Mas não é isso que se verifica no dia-a-dia dos cidadãos.

O resultado de uma política de direita está à vista. Um SNS fortemente amputado, de difícil acesso, cuja qualidade está em perda. Vamos assistindo a um aumento das listas de espera, restrição de acesso a terapias e à sobrelotação das urgências, conforme relatos na comunicação social. A que não escapa os HUC.

No passado dia 23 de agosto o Jornal Público dava conta que Hospitais privados estão a "*bater records*", segundo este jornal, os hospitais privados estão a expandir-se e já são responsáveis, actualmente, por 28% das consultas externas e 12% das urgências no País.

Quero ressaltar que não tenho nada contra a iniciativa privada, desde que esta, não floresça à custa do SNS e à custa dos impostos dos portugueses.

Durante este tempo, no entanto, o SNS tem sido a razão do progresso verificado nas últimas décadas na saúde dos portugueses. Além disto, tem constituído um factor de igualdade, de solidariedade e de coesão social. As respostas dos serviços públicos de saúde às necessidades das populações têm atingido, regra geral, elevados padrões de qualidade que devem ser prosseguidos.

Por isso meus senhores, estejamos vigilantes.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Aproveito esta oportunidade para questionar o Senhor Presidente da Câmara Dr. Manuel Machado, que me elucide sobre o conjunto de obras que estão presentes junto à estação de comboios de Coimbra B.

Gostaria de saber se as mesmas dizem respeito à remodelação do dito “apeadeiro” há tantos anos reclamada ou ao interface rodoferroviário de mercadorias.

Gostaria de saber quem é o dono da obra e demais entidades associadas ao projecto (quais as obras que estão a ser executadas a cargo da CMC e quais as obras a cargo do governo. É que o líder distrital do PSD se congratulou com realização das mesmas.), quais as responsabilidades financeiras de cada entidade e quais os encargos assumidos até à data por cada uma das partes envolvidas na dita obra.

Falando em caminhos-de-ferro, gostaria que V. Exa desse conta a esta Assembleia dos progressos alcançados pelo município relativos à supressão da passagem de nível em Souselas.”

### **Intervenção do deputado municipal José Reis (CPC):**

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Exmos Senhores e Senhoras

Pensar o Futuro, fazer a Cidade

O movimento *Cidadãos por Coimbra* lançou e está a realizar o programa de debates que designou “Coimbra 2030: pensar o futuro, fazer a cidade”. Como o título indica, trata-se de discutir Coimbra com visão estratégica, isto é, com uma preocupação de longo prazo, que nos obrigue a pensar sobre o que será esta terra daqui a umas décadas, que ambições temos, que grau de exigência colocamos e, sobretudo, de que capacidades e de que meios nos sabemos dotar para alcançar estes objetivos, na convicção de que nada nos será dado de mão beijada, nada cairá do céu.

Não tomámos esta opção por acaso. Foi porque sabemos que tudo isto faz falta, muita falta, a Coimbra. E por entendermos que o nosso compromisso quando nos apresentámos a eleições era com as pessoas, com o seu quotidiano, com as associações e as instituições, com o coletivos atuantes na cidade, com a vida política que teria lugar neste período de quatro anos – mas era também com uma visão programática larga e exigente que enriquecesse Coimbra, sabendo que ela é deficitária nesta matéria. É disso que estamos a tratar com cuidado e empenho. Não estou, pois, a falar dos diagnósticos que têm sido feitos sobre o que compõe internamente o município ou sobre o seu lugar no país. Isso fez aqui com brilhantismo o meu companheiro de bancada José António Bandeirinha na última reunião desta Assembleia. Trata-se de mostrar o que queremos para o futuro, o que sabemos fazer para mudar e melhorar o destino de Coimbra, e como lá se chega, interpelando a cidade de vários modos – através das pessoas, dos lugares, do conhecimento que se dispõe.

A primeira sessão, realizámo-la a 2 Julho e enchemos o salão nobre do edifício da Sá da Bandeira onde funcionou a ACIC. Designou-se “*A cidade do futuro: Coimbra 2030*”. Intervieram António Dias de Figueiredo, Nuno Grande, Fernando Madaíl, Mariana Oliveira e Carlos Fortuna. A várias vozes viu-se que são muitos os que pensam na cidade com ousadia: uma cidade onde haja liderança, estratégia, instituições que funcionem e se tornem vitais para a vida concreta de todos os que são ativos e inquietos, numa busca incessante de relevância nacional e internacional, “*uma cidade que seja o espelho de uma sociedade respeitadora das liberdades*”, com um espaço público que seja a “*esfera em que se articula aquilo que é do interesse comum e (...) onde [sejam] debatidas as diferenças, ”uma cidade que seja “património e responsabilidade de todos quantos fazem dela um organismo vivo*”, que ousem interrogar-se



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

sobre nosso destino coletivo e agir em nome dele. Uma cidade, em suma, em que muita coisa muda.

A segunda sessão deste ciclo foi no passado dia 23, no repleto salão nobre do Colégio de S. Tomás que é, como sabem, o nosso Palácio da Justiça. O tema foi *“Património Mundial: Que farei com esta herança?”*

Quem o debateu foi António Filipe Pimentel, Delfim Sardo, Raimundo Mendes da Silva e Rui Lobo, sob moderação de Abílio Hernandez.

Falou-se do que importa falar:

O que vale para Coimbra a distinção da UNESCO, como ela está ou não está a ser a aproveitada qu consciência ganhámos de tudo isto, como a usaremos para transformar a cidade, o que se fez (e tão pouco foi) no primeiro ano. Houve propostas por parte quem sabe do que fala: um Centro de Arquitetura e da Paisagem no Convento de S. Francisco;

A requalificação urgente de zonas essenciais cidade; o uso da Sofia, que tão melhor ficou depois de o Colégio da Graça ter sido dado à tutela da universidade; o Museu Nacional de Machado de Castro como peça fundamental para a preservação da memória inteira da cidade.

A próxima sessão terá por tema *“Porque te calas? A qualidade da democracia em Coimbra* “e queremos realizá-la porque é necessário impedir que a democracia municipal se desqualifique, pois ela é a base primeira de uma cidade que valha muito. As razões porque nos preocupa muito a qualidade de democracia municipal são todas conhecidas mas não vou agora deter-me nelas.

Traremos aqui o assunto depois das nossas jornadas municipais, no próximo mês.

Para além desta agenda que nos ocupará mais de um ano, o movimento *Cidadãos por Coimbra* assumiu também um assunto de grande urgência – o Metro.

Não encaramos este projeto apenas como um meio de transporte nem sequer como apenas o elemento fundamental de um sistema de mobilidade urbana no território próprio da influência da cidade, que obviamente transcende os limites do concelho.

Encaramo-lo como um instrumento decisivo de requalificação da urbanidade de Coimbra: pela maneira como permita devolver às pessoas espaços hoje desqualificados ou usados por trânsito desordenado, pelo modo como retire a baixa da sua pobre desertificação, pela maneira como ordene, melhorando, o acesso a grande equipamentos como os hospitais, pela forma como permita ver com grandeza a relação com espaços de proximidade tão importantes como os dos concelhos da Lousã e de Miranda do Corvo.

Por tudo isto lançámos uma petição – *Exigir o Metro!* – que já conta com cerca de 4000 assinaturas e cuja divulgação estamos a acelerar para assim dizermos que exigimos *“dos poderes públicos, e em especial do governo, que tomem com urgência as medidas necessárias para garantirem o funcionamento e a concretização da obra”*.

Convidamos todos a subscreverem esta moção.

### Cena Lusófona

Finalmente, quero dirigir uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, agradecendo penhoradamente que ela seja respondida.

Como se sabe, a Cena Lusófona é uma instituição nacional presente em Coimbra e muito relevante no contexto cultural de língua portuguesa.

O Senhor Presidente da Câmara conhece bem o protocolo que assinou para a sua instalação. Tem funcionado precariamente até à sua instalação no edifício do Pátio da Inquisição cujo financiamento pelo QREN foi obtido tendo em vista esta finalidade. O edifício estará terminado. Mas não estou certo que a Cena Lusófona viva hoje na situação estimulante de, deste modo,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

poder programar a sua vida com mais energia, melhores expectativas e mais saudável relação com quem governa a cidade.

Gostaríamos de saber se o programa das instalações está plenamente realizado tal como foi concebido, se o processo de instalação nos edifícios remodelados com esta finalidade está estabelecido e concertado com a própria Cena Lusófona e quando ocorrerá a instalação, para assim se valorizar o investimento feito?”

### **Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS):**

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Exma. Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal Coimbra, Senhores Vereadores, Senhores Deputados Municipais, Senhores Jornalistas

#### SNS

Quero expressar aqui o meu regozijo pelas comemorações dos 35 anos do SNS em Coimbra e região, a partir da nossa cidade e por iniciativa da Sessão Regional do Centro da Ordem dos Médicos e do seu Presidente Dr. Carlos Cortes e que contou com a parceria da Câmara Municipal e da Universidade e a intervenção activa de vários parceiros e actores, culturais sociais e desportivos. As iniciativas começaram logo no dia 8 de Setembro, em Aveiro. Depois diariamente e durante toda a semana passaram sucessivamente por Castelo Branco, Leiria, Viseu e Guarda. O fim-de-semana foi reservado para Coimbra, terminando na 2ª feira com uma gala no Pavilhão Centro de Portugal. Durante esta semana a cidade “*mexeu*”! Foram envolvidos, desde o Conservatório e Música de Coimbra, vários actores de teatro, vários actores de outras aéreas culturais que inclusivamente, a nível musical fizeram vários “*flash mobs*”, provocando a surpresa também de quem chegava aos hospitais ou, aos centros de saúde.

Agradecer ao Município, a todos os deputados e a todos os autarcas e a todos os meios de comunicação social, a participação nestas comemorações, em especial na “*rega da oliveira*” de tão forte valor simbólico, plantada pela iniciativa da LAHUC em colaboração com a LAAC e com a bênção e participação entusiástica e activa, por altura das comemorações dos 30 anos do SNS em 2009, Dr. António Arnaut, criador deste serviço que foi e será sempre, uma das maiores conquistas da nossa democracia e que como todos sabemos, todos os dias está a sofrer revezes. Este serviço, reconhecido como uma das principais conquistas da sociedade portuguesa tem sido um instrumento determinante, para a melhoria de qualidade de saúde, como também, todos sabem. Representa uma conquista social e humana, inquestionável que interessa preservar, manter, celebrar e também recordar, para que não passe despercebido.

As celebrações terem sido feitas em Coimbra e região durante uma semana, o que se pretendeu, foi ir ao encontro dos cidadãos para lhes mostrar que o SNS está vivo e cabe às pessoas, lutar pela defesa da sua saúde e também, para despertar consciências que tantas vezes nos parecem adormecidas.

Queria deixar também um reconhecimento à Câmara, ao Vereado do Desporto, da Cultura e da Educação Social e também, aos SMTUC que também se associaram a estas comemorações.

Queria também deixar aqui uma nota muito breve.

Regozijarmo-nos porque fez ontem, precisamente 1 ano que o Partido Socialista, mais uma vez foi eleito para o Município de Coimbra, dando-nos uma nova e renovada esperança nesta Cidade.”

### **Intervenção da deputada municipal Ângela Pinto Correia (PS):**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Caros Colegas e uma saudação fraterna aos Senhores Jornalistas que nos acompanham nos nossos trabalhos.

### Remodelação do trânsito em Santa Clara

O património histórico e cultural são uma construção social do tempo da história e este pode desempenhar um papel de desenvolvimento e preservação de uma cultura e memória do monumento de referência para uma sociedade.

É assim Santa Clara!

Espaço de uma riqueza imensa de património histórico e cultural que deve e tem que ser pólo de crescimento económico da nossa freguesia, mas também da cidade de Coimbra. Constatámos ao longo dos últimos anos, um descontentamento generalizado, por parte da população que tinha que atravessar a Ponte de Santa Clara, tendo que fazer um desvio, contornando o Estádio Universitário e a Escola Silva Gaio, para poder aceder a Santa Clara, com a agravante do afunilamento de trânsito se verificar na convergência de quem circulava na Avenida da Guarda Inglesa. Durante esse período verificaram-se alguns acidentes, realçando o absurdo da situação criada. Foi assim, com grande satisfação que assistimos ao repor da circulação do trânsito nos dois sentidos, facilitando os acessos á margem esquerda de uma maneira mais rápida e segura. As obras de requalificação ainda não estão terminadas, mas já é possível, aferir do agrado de quem por ali circula e é espectável, a dinâmica que virá a surgir na envolvência do Centro de Convecções e espaço Cultural do Convento de S. Francisco. Temos ainda conhecimento de outras importantes intervenções que estão preparadas pelo Município de Coimbra para a Praça Mário Silva por onde circulam milhares de visitantes que se dirigem à área comercial que ali existente, no Exploratório Infante D. Henrique, espaço importante na formação dos nossos jovens, assim como, novas áreas para a central de Táxis e uma paragem para os autocarros que transportam os inúmeros turistas que se deslocam a esta parte da cidade de Coimbra. Todas estas intervenções se situam numa zona, com forte componente histórica e museológica e pólo de atracção dos diversos visitantes que assim, podem encontrar um espaço agradável e ordenado paisagisticamente que será mais um contributo, para o desenvolvimento do tecido empresarial da cidade. Neste aniversário, em que o Partido Socialista comemora um ano de vitória nas eleições autárquicas, já possível percebermos de um outro olhar para a margem esquerda.”

### **Intervenção do Presidente da União de Freguesias Antuzede e Vil de Matos:**

“Boa tarde Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Coimbra, Senhores Vereadores, Caros Deputados.

Trazem-me aqui hoje, 3 pontos:

O primeiro ponto talvez seja aquele que mais me entristece.

#### Encerramento de Escolas

É relativo ao encerramento de escolas, e um tema muito no dia e muito em debate!

A antiga freguesia de Antuzede tinha 5 escolas e com a União das freguesias de Antuzede e de Vil de Matos, ficámos com 3 escolas activas e 2 jardins infantis. A Escola da Cidreira, a Escola de Antuzede e a escola de Vil de Matos, o Jardim Infantil de Antuzede e o Jardim Infantil de Vil de Matos.

Com o início do ano lectivo o senhor Ministro da Educação com o compromisso da Directora Regional da Educação, decidiram fazer o encerramento de 2 escolas: A Escola da Cidreira e Escola de Vil de Matos, sendo que a Escola de Vil de Matos pertencia a um ciclo escolar e era o principal sorvedor das crianças que saíam do Jardim Infantil de Vil de Matos, obviamente, no



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

próximo ano, o Senhor Ministro vai encerrar o Jardim Infantil de Vil de Matos. Isso é uma pura “*estupidez*”, desculpem-me a expressão, parece-me que é a primeira vez na história que se encerra uma escola que tendo acoplado um jardim infantil. Isto, é a morte anunciada do próximo passo que é o fecho do Jardim Infantil. Obviamente que não conseguimos corroborar com a intenção e a postura destas pessoas que parecem que são “*cegas, surdas e mudas*”. A junta de freguesia, como Câmara Municipal de Coimbra, quer os Agrupamentos de Escolas, fizeram tudo para que o Senhor Ministro nos ouvisse que a Senhora Directora Regional nos ouvisse, mas nem falaram connosco, nem se dignaram a dar uma resposta, foi tudo como eles quiseram e bem entenderam! Ainda lhes sobrou algum tempo para não dizer nada. Criaram-nos um problema! Fecharam-nos as escolas e disseram-nos, há ultima da hora “*agora os meninos vão para a Escola de Antuzede*”. Se a Junta de Freguesia não tivesse, em tempo oportuno e durante a interrupção da escola, nas férias, feito obras de recuperação e de remodelação, da escola de Antuzede, hoje, não cumpriríamos o critério de que a escola de acolhimento, seria uma escola com melhores condições que a escola que encerraria. Teríamos ali uma escola com péssimas condições. Isto não pode acontecer! Tem que haver diálogo e falar uns com os outros. Não é meter a cabeça entre as orelhas e fechar a boca. Não pode ser assim e não aceito isso!

Gostava aqui de enaltecer a postura do Senhor Vereador Jorge Alves que sempre promoveu o diálogo entre os pais, encarregados de educação, os agrupamentos de escolas e com a Junta de Freguesia. Tivemos várias reuniões para ver o que é que conseguíamos fazer e reverter todo este ciclo.

Nós não somos contra a optimização dos recursos nas escolas ou contra alguns encerramentos de escolas, sendo que devidamente justificados. Aceitamos que escolas com 2 ou 3 alunos possam, como é óbvio poder vir a encerrar. Mas, tem que haver conversação entre as partes e nisso o Senhor Vereador teve um papel preponderante. Portanto, lamentamos o desfecho desta situação e o encerramento das escolas, porque agora criou-nos outro problema. É que a escola de Antuzede agora tem sobrelotação, tem muitas crianças, tivemos que dar uma sala para as crianças tomarem as refeições, porque não há refeitório que aguente 67 crianças, a tomarem as suas refeições. Agora, criou-nos outro problema, à Junta de Freguesia e à Câmara Municipal.

Estamos cá para ultrapassar estas situações e vamos em frente, para compensar os erros de que não nos ouve, de quem está longe e não quer saber nada disto.

Outra das situações que me traz aqui é:

### Estação de Tratamento de Resíduos Sólidos de Vil de Matos

A estação foi para lá. Começou muito bem ou muito mal, depende da perspectiva porque, Vil de Matos não teve nenhuns dividendos, contra a instalação daquela Unidade de Tratamento de Resíduos Sólidos, contrariamente a outras que se instalaram pelo país, que houve piscinas, houve campos de ténis e outros mais, ... só teve mais uma auto-estrada. Se o Senhor Presidente da Câmara pagar pelo quilómetro de estrada se calhar, Vil de Matos e Antuzede vai receber muito mais. Dividendos, estruturas para a freguesia, nada! A única coisa com que ficámos foi, com maus cheiros que são cada vez mais intensos e mais duradouros. Eu acho que qualquer coisa está mal naquela Unidade de Tratamentos. O que sugeria e pedia aqui ao Senhor Presidente da Câmara é por que sei que no passado houve uma Comissão de Acompanhamento daquela Unidade, é que se reactivasse essa Comissão para que nós verificássemos no local se se estão a cumprir as regras, para preservar o meio ambiente. É um cheiro nauseabundo! Há lançamento de líquidos nas redes freáticas que de vez em quando, aparecem lá nos poços das



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

propriedades das pessoas e todos os dias tenho na Junta de Freguesia pessoas a reclamarem dessa situação.

O saneamento básico na localidade da Gândara

A localidade da Gândara é uma localidade muito particular.

É uma localidade que é dividida a meio, por uma rua que divide dois concelhos e duas freguesias. Sendo que o saneamento foi colocado pela então, Câmara Municipal de Cantanhede e só satisfaz metade da rua.

A rua do lado esquerdo tem saneamento, os residentes do lado direito que também têm prédios do lado esquerdo, não têm saneamento.

Isto é uma aberração, só neste País.

Alertava aqui e sensibilizava o Senhor Presidente da Câmara.

Temos 78 habitações, já é um número significativo que não tem saneamento e, o saneamento passa-lhes à beirada porta. Gostaria muito que o Senhor residente se debruçasse sobre isto e, que num futuro muito próximo, pudéssemos ter também a população da Gândara, a usufruir de um bem que hoje é tão bom para a saúde pública que é o saneamento básico.”

### **Intervenção do Presidente da União de Freguesias Santa Clara e Castelo Viegas:**

“Para ganhar algum tempo vou evitar as cortesias de cumprimentar.

Nesta tribuna, já aqui vim dizer uma vez que o sucesso do Presidente da Câmara de Coimbra, que a Junta de Freguesia de Santa Clara se junta ao sucesso dele. Mas também gostava que o Presidente da Câmara de Coimbra se juntasse aos sucessos da Junta de freguesia de Santa Clara. Isto para dizer que de facto, na governação anterior, havia um projecto para as obras de Santa Clara que não foram feitas. E eu digo sempre: *“a figura faz quem paga a despesa, não quem encomenda”* A figura fez o Dr. Machado que *“pagou a despesa”*. Que fez um belíssimo trabalho que está a ser feito em Santa Clara. Eu aqui, também me quero juntar ao seu sucesso dele, porque neste caso, na minha freguesia, o sucesso dele é o meu sucesso, mas também quero que o meu sucesso, seja o sucesso dele.

Ainda há pouco falou-se aqui em extinção de juntas de freguesias, ... isso é mentira! Nenhuma freguesia foi extinta! O que foi extinto foram os presidentes de junta. Temos 31 freguesias e 18 presidentes de juntas. Os presidentes de juntas é que foram extintos, e por quem? Por quem fez a reforma administrativa que até era presidente da câmara.

Isto para falar da Escola Silva Gaio. Vejam a volta que eu dei! Ainda agora ouvi aqui um agradecimento ao Senhor Vereador Jorge Alves que tenho a certeza que foi merecido, mas eu não posso dizer o mesmo. Então a escola Silva Gaio acaba e ninguém me diz nada!

Só soube pelos pais, ninguém falou comigo! Sei que andam a distribuir as crianças de Santa Clara aqui pelas escolas da Baixa, mas a mim, ninguém me diz nada. Eu sei que até 2017, o presidente da junta poderá ser uma figura de estilo, mas não me importo. Também 3 anos passam depressa!

Queria falar agora sobre multas de estacionamento. Este mês paguei duzentos euros de multas. Com o cartão da Assembleia, em parques da Assembleia. Hoje, houve uma senhora da Polícia Municipal que até disse que este Senhor já não era presidente de junta. A verdade é que eu sempre lá tive o cartão. Hoje, a convocatória que o Senhor Presidente da Assembleia me fez, deixei-a no tablier do carro com o cartãozinho ao lado

A margem que não foi contemplada pelo Património da Humanidade, o que é uma vergonha. Santa Clara, parece que não tem património! Não atravessou a ponte! Não sei porque é que andam por aí a correr, a fazer lixo na minha freguesia quando eles nem sequer atravessaram a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ponte. Não sei, nem culpo ninguém que eu nestas coisas, sou um bocado para o ignorante. O que eu não percebo é umas obras a saltar de um lado para o outro. Eu julguei que Coimbra era um todo. Mas não! Coimbra, são umas coisitas ali outras coisitas acolá.

Perguntava ao Senhor Vereador Carlos Cidade se há licença de obras para quem faz na via pública, casas em cima de árvores? Vocês não sabem mas está ali uma bela casa na Urbanização da Bela Cruz. Um senhor de etnia, ... não é para os pássaros! Tem escadas para subir, ... até já lá tem uma casa de banho, ... já lá tem um balde. Fez uma casa em cima de um cipreste, ... mas um “*casão*”, abarracada, claro está! Só gostava de saber se há licença?”

### **Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU):**

“Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhor Presidente da Assembleia Municipal, caros colegas deputados, representantes da Imprensa, minhas Senhoras, meus Senhores

Venho mais uma vez falar-vos dos problemas da saúde do país, da região e da cidade.

Este de resto é o ano do 35º aniversário do SNS cujo desenvolvimento temporal coincidiu com o meu próprio percurso profissional como médico, percorrido desde um dos seus primeiros passos - o Serviço Médico à Periferia - organizado por uma geração agora grisalha que se envolveu no projecto de ir e transformar um País atrasado e insalubre, herança de meio século de ditadura.

Nesse percurso, assisti à construção de um Serviço Público de Saúde universal, solidário e gratuito, economicamente viável quando o País era pobre e poucos descontavam ou tinham descontado para o que quer que fosse, um feito colectivo que arrancou Portugal da cauda dos indicadores de Saúde da Europa e do Mundo, transportando-o para lugares cimeiros.

Também por isso é paradoxal (e apenas justificado por razões ideológicas) que tenha sido quando Portugal se tornou mais desenvolvido, mais qualificado, com mais contribuintes e maior produção de riqueza que se agudizou o ataque ao SNS, desencadeado com o falso pretexto da sua insustentabilidade, baixando o seu financiamento e transferindo percentagens cada vez maiores de fundos públicos para a Grande Privada - Mellos, Espírito Santo, Medis-BCP, Amil, etc.

Estou certo de que não será com estas simples palavras que convencerei quem defende, desde há muito, as apregoadas virtudes do mercado, das PPPs, das seguradoras, do empreendedorismo e do lucro na Saúde, deixando um SNS fraco e pobre para os pobres, já que os “remediados” e os ricos, talvez possam pagar melhores cuidados na Privada com a preciosa ajuda do Estado.

Tudo tem sido feito para passar a ideia de que como a Saúde é cara deve ser paga individualmente ou através de seguros a prestadores privados, como se isso poupasse gastos ou melhorasse a qualidade, ignorando os princípios que asseguraram o espantoso êxito das primeiras décadas do SNS e os direitos dos cidadãos que o continuam a pagar solidariamente através dos impostos.

Talvez por isso quando, há dias, no concurso “*Quem quer ser milionário*”, uma concorrente disse precisar do dinheiro do prémio para ser operada a um joelho, ninguém pareceu estranhar o facto. Afinal, até parece que estamos na América.

Hipotecar a casa para pagar um tratamento. Ficar arruinado quando se adoecer. Como nos filmes da Universal ou da Warner Brothers.

Como se em Portugal não existisse um SNS.

Anos e anos de desgaste televisivo do Serviço Público e de elogios à grande Privada conseguiram esse efeito.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Chegamos assim a 2014 com o SNS, sub-financiado, em ruptura, com falta de material, greves de médicos e de enfermeiros, pessoal técnico exausto ou desempregado, e um ministro que habilmente e eficazmente continua a estrangulá-lo para o “salvar”, trilhando o mesmo caminho dos seus predecessores, enquanto o Presidente da Associação dos Hospitais Privados anuncia lucros acima do esperado no primeiro semestre do ano (entre 15% a 20%, atingindo o BES 45%), mostrando que por aí não há crise nem falta de dinheiro.

Talvez por ser bom negócio (o melhor a seguir ao das armas - Isabel Vaz, Espírito Santo Saúde, dixit) haja tantas OPAS de Mexicanos e tanta gente interessada no bem-estar (ou no dinheiro) dos portugueses.

Quanto a mim nunca consegui perceber como tirar o pagamento dos aparelhos ortopédicos às crianças com paralisia, o que aconteceu em 2011 com o Governo de Sócrates, pode ajudar a salvar o SNS.

Nem compreendo como, com o sistema finalmente “*centrado no doente*”- repetindo ridículo slogan com que tentam esconder uma realidade inversa, a Saúde dessas crianças ficou melhor e mais barata, abandonadas às dificuldades de um orçamento familiar cada vez mais reduzido ou à caridade devida aos pobrezinhos.

Na verdade a política é isso: escolher, por exemplo, entre cobrar 270 milhões de impostos aos grandes accionistas da PT pelas mais-valias da venda da Vivo, ou deixar de pagar os aparelhos ortopédicos às crianças com deficiência.

Não vos vou maçar com os gastos no BPP, BP, BCP, no Banif, dos mil milhões “emprestados a Joe Berardo, dos três milhões perdidos nos Swaps, do SIRESP, das PPPs, dos F-16 encaixotados, dos submarinos das contrapartidas, das rendas da energia, dos milhões em perdões fiscais que enfim que deitam definitivamente para caixote do lixo toda a lógica argumentativa do “*não há dinheiro para a Saúde*”.

Interessará provavelmente mais a esta Assembleia, a abordagem de uma das expressões locais do ataque ao SNS: a fusão das diversas unidades hospitalares no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra.

O processo de integração (se assim se pode designar o que se tem passado) nos CHUC é, passados os seus primeiros anos efectivos, um desastre.

Um descalabro de que se passou a falar pouco como se, ultrapassada a confusão inicial, tudo tivesse acabado por encarreirar e não continuasse a chafurdar em falhas e em erros.

A destruição dos Covões enquanto hospital coerente e diferenciado, amputando-o de algumas das suas especialidades nucleares, deixou-o partido aos bocados, sobrecarregando os HUC de doentes e médicos, atafalhado e disfuncional, parecendo um palacete de novo-rico com vinte televisões e um só quarto de banho.

Se a justificação para a fusão era poupar, o processo desembocou numa OPA hostil condicionada por egos e interesses centralistas sem respeito por autonomias desejáveis ou essenciais, poderes que assumiram um comportamento arrogante e autista, surdo a opiniões contrárias.

Houve, em todo este processo, uma espantosa falta de senso e de estratégia que contamina tudo, que piora tudo, das infecções, à humanização, da diferenciação à investigação e ao ensino, diminuindo a qualidade e o tamanho da “*salsicha*” produzida que só o seu forçado enchimento com números de pouca credibilidade procura maquiar.

Calculo que muitos dos meus colegas deputados já conheçam isto; e, para alguns, a argumentação canse. Nada que altere em demasia a estabilidade da cidade ou da família, pensarão.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Pois deixem-me que, como médico, sem abusar de um argumento de autoridade, esclareça os que ainda assim julgam, repetindo o que muitos dos meus colegas de profissão vêm dizendo: que este caminho de degradação é perigoso para todos, e que nem todas as perdas de capacidade se podem ultrapassar com dinheiro ou influências como alguns poderão pensar.

Há falhas que até numa cidade tão privilegiada neste campo como Coimbra, podem afectar cada um dos seus cidadãos, do mais rico ao mais remediado, do Senhor Presidente da Câmara aos funcionários da limpeza.

De facto, mesmo nos bons Serviços há áreas que outros podem complementar com vantagem e o mal é se essas vantagens não são aproveitadas.

Um exemplo é o que se passou com o Cirurgia Toracoscópica e com o Serviço de Hemodinâmica dos Covões, serviços de ponta que estavam à frente dos HUC, mais desenvolvidos e mais diferenciados e que deixaram de existir e de funcionar fazendo com que alguns dos seus elementos até se tenham deslocado para fora de Coimbra.

“Lost in translation”, como o título do filme. Perdido na fusão, em versão adaptada à circunstância.

Mas alguém se preocupa com isso? Alguém avaliou as perdas e os ganhos? Pensarão que o marketing de um bom lugar num ranking de hospitais - tão credível como os testes de stress dos bancos que deixaram passar o enorme desastre do BES - constitui uma forma séria de avaliação do êxito?

Será que a vocação dos CHUC, como grande instituição pública integrada no SNS é ir gerir hospitais para a Argélia, como orgulhosamente anunciou o seu Conselho de Administração, enquanto mexicanos vêm para cá gerir o Hospital de Loures?

É este o SNS que todos - pelo menos os que não ambicionam explorar o maná da Saúde - desejam para a sua cidade e para o seu país?

Essa é a pergunta que, sem preconceitos, todos devemos fazer, Individual e colectivamente, pensando em nós próprios e no futuro das nossas famílias, dos nossos amigos e concidadãos. Porque este caminho, que a poucos beneficia, não nos dá segurança nem nos leva a um futuro melhor.

É preciso mudar de rumo.”

### **Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (PPD/PSD/PPM/MPT):**

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhores deputados e deputadas Municipais, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, minhas senhoras e meus senhores e comunicação social.

O primeiro ano de gestão socialista está finalmente a mostrar contradições entre o que se promete em campanha eleitoral e o que se realiza.

Disse aqui na minha primeira intervenção deste mandato, que o Senhor. Presidente da Câmara tinha todas as condições para ter êxito neste mandato, e que não arranjasse desculpas para prosseguir políticas mobilizadoras que elevassem Coimbra a uma cidade ainda mais atractiva e moderna, onde todos os cidadãos, de origem local e nacional gostassem de viver e desenvolver as suas actividades pessoais e profissionais.

O Senhor Presidente da Câmara, interrompeu e adiou os projectos que estavam em execução, tais como, o Convento de S. Francisco, a instalação do IKEA e o subjacente à reabilitação urbana das áreas classificadas de Coimbra, como Património da Humanidade, entre outros, que são estruturantes para Coimbra e o seu concelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Por outro lado, não cumpriu os protocolos assumidos com as Juntas de Freguesia de 2013, dando um sinal negativo às capacidades dos Presidente de Junta para gerirem a sua autarquia e o seu território, ainda hoje reclamam esse incumprimento e aguardam que as promessas de transferência de recursos financeiros se concretizem.

A revitalização do comércio tradicional da Baixa continua por fazer e gostávamos de saber Senhor Presidente, quantos novos estabelecimentos abriram e quantos postos de trabalho foram criados na Baixa de Coimbra? O que sabemos é que continuam a fechar lojas com a consequente perda de emprego.

Centralizou na sua Presidência todo o poder de decisão, não delegando nos seus vereadores capacidades para gerir os assuntos da sua competência.

O posso quero e mando, leva-o a tomar posse administrativa das obras como por exemplo, o Convento de S. Francisco, atrasando irremediavelmente a sua abertura e a sua colocação ao serviço da cidade, por longos meses ou anos e já lá vai um.

Também o Cartola é exemplo não encontrando solução atempada para a sua reabertura na Queima das Fitas e mantendo-se fechado.

Gostaríamos de saber se os funcionários estão a receber o seu vencimento através da Câmara Municipal de Coimbra ou se foram para o desemprego?

Uma das suas propostas eleitorais, era criar centenas de postos de trabalho na cidade e no concelho. Já nos pode dizer Senhor Presidente, quantos empregos foram criados neste ano de mandato?

O PS tinha grandes preocupações com situação financeira que o executivo anterior lhes transmitiu e chegou a afirmar através do seu representante nesta Assembleia Municipal, que recebeu uma situação preocupante que colocava em causa o cumprimento de obrigações junto dos fornecedores, do pessoal e dos financiadores.

Gostávamos de saber Senhor Presidente quantos incumprimentos houve neste ano resultantes dessa situação recebida do executivo anterior e se o Câmara Municipal de Coimbra recorreu ao programa de apoio de Municípios em rotura financeira?

E, já agora, qual o ponto da situação financeira presente?

É equilibrada na óptica da execução orçamental e os compromissos para com terceiros estão a se estão a ser cumpridos?

Aqui posso ressaltar que já estive a ler a informação que o Senhor Presidente transmitiu ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e verifico que as disponibilidades de 24 de Setembro da Câmara Municipal de Coimbra são de 21.569 mil euros e que a execução orçamental da receita cobrada 58.785 e a despesa paga 48.999. Podemos dizer que a gestão está a ser eficaz do ponto de vista orçamental e nos restantes elementos.

Esclarecidos estes pontos, entre muitos outros, é importante mantermos a rota para melhorar a qualidade de vida dos coimbricenses, que foi a grande preocupação dos executivos do PSD/CDS/PPM, envolvendo todos os sectores sociais e entidades institucionais, que muito contribuíram para atingir os objectivos que se propuseram nos doze anos que governaram o Município.

Gostaria de fazer aqui uma nota sobre o SNS.

Como sabem o papel do Dr. Antonio Arnaut foi deveras extraordinário ao ter uma visão para o Serviço Nacional de Saúde quer público quer privado nos anos 70, mas devo dizer Senhores Deputados e Senhor Presidente que me causa muita estranheza que não se fale do Professor Dr. Mário Mendes. O Professor Dr. Mário Mendes era Secretário de Estado do Ministro António Arnaut, na altura. E ele sim sabia de saúde! Se a arquitectura da lei que foi introduzida no país e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

aprovada, não teve muita importância do conhecimento do Professor Dr. Mário Mendes. E custa-me ver sistematicamente louvas ao SNS e ninguém fala do Professor Dr. Mário Mendes! Com certeza que os médicos aqui presentes conhecem bem quem era esta personalidade, o papel que teve na medicina em Coimbra, no país e a nível internacional. Sinceramente custa-me muito que este homem seja esquecido por Coimbra. Disse.”

### **Intervenção da deputada municipal Cristina Agreira (PPD/PSD/PPM/MPT):**

“Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta, Caros Colegas

David Justino, Durão Barroso encerram 472 escolas.

Maria de Lurdes Rodrigues, Isabel Alçada e José Sócrates fecharam mais de 3211 escolas. Para já não falar nas que foram fechadas nos últimos anos.

Não é uma questão ideológica, é uma necessidade do país, uma adequação às novas realidades, sobretudo ao número de alunos.

Quer-se apostar nos grandes centros escolares, com boas condições de ensino, por troca com as pequenas escolas sem condições muitas delas e até degradadas.

Para além disso, garantir a deslocação dos alunos aos centros escolares e que não se traduza num aumento da despesa para as famílias que neste momento passam por muitas privações, tem que ser uma das grandes prioridades.

O fecho que já vem de longe tem a ver essencialmente e todos sabemos, com a natalidade e tem de ser visto de forma positiva não como uma falsa falácia e falar nos números.

Interessa muito assegurar uma melhor qualidade de ensino e boas práticas pedagógicas, deixarmo-nos de culpar os colégios privados com ou sem contrato de associação pela falta de alunos nas escolas públicas e defender os alunos, os pais e os encarregados de educação de modo a estes poderem e aí, sim, de uma forma livre, optar pelas melhores escolas e que estas possam ir de encontro às suas mais elementares expectativas.”

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):**

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, Caros Deputados Municipais

Em primeiro lugar quero pedir desculpa pelo meu atraso, foi unicamente por uma sobreposição de profissional.

Gostaria em primeiro lugar e rapidamente, fazer uma breve nota sobre o prazo que assinalamos que não tem nada de simbólico, mas que vale a pena, para um tempo de alguma reflexão, um ano depois das eleições autárquicas.

Um ano depois das eleições autárquicas em que do nosso lado, como bem sempre aqui assumimos com toda a humildade, cumprimentámos os vencedores dessas eleições autárquicas, que foi o Partido Socialista. Aceitámos com humildade o voto do povo de Coimbra que decidiu que deveria mudar a gestão executiva da Câmara Municipal de Coimbra. Tentámos e, isto, começamos até talvez por nós mesmos, pela nossa própria auto crítica, ao longo deste ano, perceber melhor os fundamentos desse divórcio, dessa não adesão dos eleitores de Coimbra que já tinham dado o seu voto à nossa coligação e que deixaram de o dar nestas eleições, há um ano atrás. Porque razão, o fizeram? Porque perdemos energias? Porque perdemos ideias? Onde actuamos mal? Onde, outros apresentaram melhores propostas, melhores ideias para Coimbra.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Quero em primeiro lugar saudar, muito especialmente, os Cidadãos de Por Coimbra, a CDU que têm várias intervenções nesta Assembleia Municipal, em iniciativas públicas, trazido temas à discussão que nos permitem olhar perspectivas diferentes, políticas, obviamente, diferentes da cidade e não posso também deixar de realçar também, intervenções que ainda agora aqui ouvi de Jorge Seabra que são intervenções que nos fazem meditar. Porque são intervenções com as quais não concordamos em absoluto do ponto de vista ideológico, e nas opções políticas que daí decorrem, mas que nos fazem meditar, porque são intervenções de bem, de pessoas que conhecem, no caso, profundamente o Serviço Nacional de Saúde e com o qual sempre colaboraram com a máxima generosidade, empenho, profissionalismo e competência.

Dito isto, gostava de vos dizer que também há um tempo para reflectir e há um tempo para semear.

Nós vamos evidentemente, reflectindo, ouvindo, percebendo aquilo que vamos fazendo mal e vamos redefinir a nossa posição, na cidade e no concelho e para isso, estamos crentes que precisamos de uma visão diferente da cidade e de uma outra liderança, em termos regionais.

É precisamente sobre uma liderança regional que vos queria falar agora num segundo ponto, porque não posso deixar de cumprimentado, obviamente o Partido Socialista, cumprimentado também a sua a nova direcção política.

Para Coimbra, não é menor que a liderança do Partido Socialista em Lisboa ou a nível nacional, seja esta ou aquela, porque Coimbra é um participante nacional da discussão nacional do projecto nacional. Coimbra, não é propriamente só uma terra, um concelho, em mais um dos concelhos que existem por todo o país, não dizemos isto para bater com a mão no peito; mas é de facto, pela importância política e também pela liderança regional que queremos estabelecer.

Sobre esse aspecto e sem nenhuma blague queria dizer ao Senhor Presidente da Câmara que consideramos que o mandato que o Partido Socialista exerceu até agora na Câmara de Coimbra é muito semelhante ao mandato de António José Seguro.

Formalmente tem toda legitimidade, politicamente não tem qualquer densidade.

Nós vemos nesta liderança, um mandato típico, digamos do ponto de vista, dessa liderança socialista que agora os próprios socialistas decidiram renovar e repensar.

Queremos chamar à atenção para elementos de letargia estratégica que não eram aqueles elementos que apareceram na campanha eleitoral de há um ano!

Afinal, não havia a questão das dívidas!

Afinal, não havia a questão dos processos judiciais!

Vale a pena consultar hoje, a listagem dos processos judiciais, para ver que só em 2014, já aumentaram mais 30.

O Município de Coimbra tinha tantos processos judiciais e entretanto, em 2014, já tem mais 30.

É natural! É da sua actividade como Município!

De facto, esses pontos sobre a fraca condição económica do Município, não se vieram a comprovar.

Felizmente, aprovámos um PDM que foi sim, um elemento estruturante e que foi um trabalho deixado, também por nós e terminado pelo actual executivo.

Mas quando queremos falar de letargia estratégica queremos sobretudo falar sobre crescimento económico.

Por que razão não abriu ainda o IKEA em Coimbra?

Criava centenas de postos de trabalho. Porque razões, não temos mais empresas no IParque?

Criavam, postos de trabalho em Coimbra. Por que razão, não temos de facto uma política económica visível que se dizia que seriam de promoção a partir da própria entidade do



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Município de Coimbra, que ele seria um elemento facilitador, aglutinadora e acelerador da iniciativa económica de Coimbra?

Por que razão é que isso não se vê e nem se perspectiva?

Por que razão, chegámos a uma Assembleia Distrital de Coimbra e tivemos todos os municípios à nossa volta a votar contra nós?

Por que razão, não temos nenhuma resposta, nem nenhum processo em curso, em relação ao Metro Mondego?

Por que razão, nos envolvemos num processo judicial no Convento de S. Francisco?

Embora tenhamos um ajuste directo e, só a esse título, Senhor Presidente, dizer que tenho pena que a nossa proposta sobre a recomendação da publicitação dos ajustes directos que trouxemos no dia 15 de Julho e tal como o Senhor Presidente da Assembleia Municipal tinha proposto para virem a esta sessão, não tenha vindo?

Mas não há problema! Nós pedimos aos nossos vereadores e os nossos vereadores vão levar a proposta ao executivo, para que o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional, de facto, se publicite os ajustes directos e de acordo com o parecer da própria Comissão se reponha, o valor do ajuste directo dos 75 mil euros para, os 5 mil euros, conforme o próprio parecer indica e, aliás, várias câmaras aqui à volta, já o fizeram. Portanto, vamos dar por nula esta nossa proposta. Claro, isto não trás nada de bom, em termos de leitura democrática. No fundo, os agrupamentos políticos fazem propostas, nós contamos que elas sejam bem aceites pela Assembleia, mas percebemos que por vezes não são.

Sobre o Património da Humanidade nós falámos aqui já sobre isso. Foi curto o programa.

No Convento de S. Francisco estamos embrulhados num processo judicial. Temos em todo o caso um ajuste directo para uma programação, que vamos provavelmente discutir, feita por um elemento que entenderam oportuno que figurava na própria lista do Partido Socialista. Nós encontramos aí, um óbvio conflito de interesses, mas sobretudo, quando perguntamos que protocolos, que planos estamos a fazer, com as instituições da cidade, com as instituições culturais, sociais, desportivas, vemos alguma discricionariedade, grande paragem de toda a actividade protocolada.

Posso dar vários exemplos de várias entidades culturais e desportivas que basicamente estão a tentar receber os dinheiros dos anos anteriores. Como assim fosse possível programar e ter pessoas disponíveis que evidentemente, não são só voluntárias, também há voluntários, mas, são pessoas que muitas delas têm recursos baixos. Estamos a falar de baixos vencimentos, de recibos verdes para associações culturais e desportivas da cidade que mantem a sua actividade regular.

Tudo isso, não se viu durante um ano. Não se viu uma política coerente, límpida que pudesse alavancar esta actividade cultural, social, desportiva do Município.

Cumprimentamos hoje, a apresentação do Regulamento Desportivo Municipal.

Sobre ele falaremos mais logo, porque nos parece que é o basal da transparência da gestão dos dinheiros públicos, na área do desporto e, nos parece, de facto, uma iniciativa de louvar.

Senhor Presidente, nós nesta fase, não temos mais conclusões.

Queremos dizer nesta Assembleia Municipal que temos como sempre e, como vão ver hoje, contribuído construtivamente com o executivo, com as nossas diferenças, tentando propor



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

medidas alternativas. Algumas, que até poderão chamá-las de “*pormenor*”, de questões muito concretas, quando falamos sobre, as Bolsas de Mérito Escolar, quando hoje falamos da hidroginástica nas piscinas municipais, porque precisamente, não nos queremos substituir ao executivo.

Temos vereadores que discutem, mais aprofundadamente, em matérias do executivo, cada uma dos assuntos que se colocam e, tentamos aqui trazer para a discussão para a Assembleia Municipal temas que importam.

Quero terminar, com um compromisso da nossa parte e também com um desafio às outras forças políticas

Como dizia António Costa nestes debates recentes, o Partido Socialista, não quis participar da reforma administrativa dos municípios e das juntas de freguesia.

Julgo que estamos fora de um período eleitoral autárquico e foram feitas alterações importantes, nas juntas de freguesia que importa avaliar.

Nós, da nossa parte estamos disponíveis e gostaríamos de participar numa avaliação destas medidas. Gostaríamos de o fazer com todas as forças políticas, porque entendemos que há matérias que podem ser melhoradas, há matérias que resultam desta fusão administrativa

Há locais, onde nós vamos sabendo, pelos nossos eleitos, nas várias juntas de freguesia onde as coisas têm corrido, bastante bem e, há juntas de freguesia que não tem corrido assim tão bem.

O nosso desafio sério que deixamos em cima da mesa, é para podermos avaliar ao longo destes próximos tempos, como está a correr? Que resultados estamos a obter?

Onde de facto, se no nosso Município, teve bons resultados, houve economia de meio, houve racionalização e houve também, uma melhor prática, em termos de territoriais.

No fundo, era isso que se pretendia.

Queremos deixar esse debate aberto.

Não gostaríamos estar de lado.”

### **Intervenção do Presidente da União de Freguesias Trouxemil e Torre de Vilela:**

“Cumprimento a Mesa, na pessoa do Senhor Presidente, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Caros colegas Autarcas de Freguesia, e restantes elementos da Assembleia Municipal.

Uma colega do Partido Socialista apregoava há pouquinho que a data de 29 de Setembro de 2013 foi uma data de esperança.

Decorrido um ano, ao nível do relacionamento da Câmara, com as juntas de freguesia, é altura de dizer que a esperança já lá vai. Hoje, temos certezas a esse nível, a certeza é que as coisas pioraram, não há qualquer dúvida.

Não vou aqui reivindicar nada, vou simplesmente, mais uma vez que é a minha maneira de estar, partilhar convosco alguns dos episódios que tem afectado a minha freguesia e que comprovam, esta minha frase introdutória.

Todos vocês me ouviram falar aqui, há algum tempo atrás, sobre a famigerada limpeza do Rio dos Fornos. Está feita. Aparentemente está completa! Não sei detalhes! Porque infelizmente, a Câmara Municipal de Coimbra desprezou totalmente a minha Junta de freguesia. Quer os serviços camarários, quer os responsáveis políticos desta Câmara, ignoraram por completo, a nossa Junta de Freguesia. Nós conhecemos o terreno, empenhamo-nos para que aquela limpeza fosse feito, fomos ignorados, desprezados, mesmo. Esse desprezo foi ao ponto de recusarem-nos o convite para que a respectiva cerimónia de assinatura do auto de consignação daquela



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

empreitada, não fosse feito no edifício sede da nossa freguesia. Invocaram que era ilegal assinar um auto de consignação no local distinto de execução da obra. Se ilegalidade havia nesse aspecto, ao menos que tivessem, o singelo tratamento de nos convidarem para essa cerimónia. E, se a Junta de Freguesia não esteve presente, foi ignorada, desprezada, a todos os níveis. É assim que de momento as questões na Câmara Municipal de Coimbra, estão relativamente à minha Freguesia.

Outro episódio que foi público, lamentavelmente, quase um mês depois, a famigerada assinatura dos Acordos de Execução do dia 22 de Agosto.

Todos sabem, foi público que nós fomos convidados. Os meus colegas eleitos pela CDU a quem agradeço aqui, toda a solidariedade que manifestaram nessa mesma reunião para com a atitude discriminatória que foi tida para com a minha Freguesia, o meu colega, também eleito da Junta de Freguesia de Souselas e Botão. Nós fomos convidados para vir assinar aqueles acordos, na véspera, ao final da tarde. Nós, não éramos para assinar aqueles acordos. Foi um jornal local que, ao despoletar essa questão, levou que nós fossemos convidados, à última da hora, para vir assinar. Viemos assinar e, mais uma vez, em plena cerimónia, a minha Freguesia foi discriminada, invocando a ausência de uma certidão da minha Assembleia de Freguesia, da minha Junta de Freguesia à aprovar os ditos acordos. Pois eu reconheço que não entregamos essa certidão, porque ela não existe. Nós não temos uma certidão a aprovar aqueles acordos. Mas, não somos só nós. Somos nós e a maioria dos autarcas de freguesia que subscreveram aqueles acordos.

E deixo aqui em público esse desafio e apelo à intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, porque, eu já lhe disse uma vez e volto a dizer-lhe, eu votei no Senhor para Presidente desta Assembleia Municipal e, se o Senhor é tão Presidente dos eleitos do Partido Socialista, como meu Presidente neste Órgão Autárquico, solicito aqui, que me seja disponibilizado e a todos vós, cópia integral das certidões das juntas de freguesia e das assembleias de freguesia de todos os autarcas que subscreveram os ditos acordos de execução, para vos provar que não foi a incompetência, a alegada incompetência, ou a alegada falta de zelo, ou a alegada ignorância do autarca de Freguesia de Trouxemil e Torre de Vilela que levou a que ele fosse maltratado naquela sessão.

Viemos com base num compromisso de honra, num acto de boa-fé, como dizia o meu colega Vítor, de Cernache. E, em plena sessão, a boa-fé e a palavra de honra que já pouco vale, nós já tivemos imensas provas durante este ano, a palavra de honra desapareceu. Quem ler essa comunicação do Senhor Presidente da Câmara, a informar dos principais actos que praticou, desde a última Assembleia, fica com a ideia que nós já assinámos, o Acordo de Execução. Mas nós não assinámos. A única freguesia que não assinou somos nós, porque em Coimbra não se negocia, Câmara, Junta, os Acordos de Execução.

As nossas condições que fizemos chegar à Câmara, não tiveram resposta, até hoje. Mas posso vos dizer que quando vim para aqui, assinei os cheques para pagar aos colaboradores colocados pelo Instituto de Emprego, da minha Freguesia e hoje ao final do dia provavelmente, teremos dinheiro para pagar a conta da água, electricidade e o telefone dos próximos 15 dias. Isto é o eu se está a passar relativamente, à minha Freguesia.

Outra questão, são os famigerados protocolos de delegação de competências, para a realização de obras municipais de anos anteriores.

A minha freguesia não recebeu qualquer valor relativamente a estes protocolos.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Nós temos obra pública feita no âmbito de protocolos celebrados, em tempo com a Câmara, não foi com anterior Presidente da Câmara Municipal, não foi com anterior Vereador que tinha as freguesias, foi com Câmara Municipal de Coimbra.

Este Executivo, certamente, com base jurídica sustentável, porque não pode ser de outra forma, ainda não honrou esses contratos. Nós temos um valor próximo dos 180 mil euros de obra pública feita e vamos passar aqui um mandato de 3 anos e tal, em que não vamos fazer nada. Vamos simplesmente, pagando aos poucos, estas ditas obras. E porque mais uma vez fomos enganados. Os meus colegas autarcas se não têm coragem de o dizer, eu digo-o por vocês, porque muitos de vocês já o disseram em privado. Nós aprovámos um quadro no orçamento, com valores específicos, para delegação de competências, mas ninguém nos disse que aquele dinheiro era para pagar o vinha para trás. Se nos tivessem dito isso, em plena assembleia, nós não tínhamos, de todos os partidos, nós não teríamos aprovado isso. Por isso, vamos desmitificar um pouco as coisas.

A Câmara Municipal de Coimbra no seu orçamento aprovou um apoio para a minha freguesia durante o corrente ano de 125 mil e 32 euros. Do ponto de vista nominal, nós tivemos um apoio idêntico. Há que louvar isto.

O Dr. Machado, apesar das dificuldades, fez um esforço e manteve o mesmo nível de apoio à nossa freguesia. Grande mentira, não é? Porque na verdade esqueceu-se de dizer que esses 125 mil euros são para ir pagando o que vem de trás. É para ir pagando, o que estava devidamente protocolado, com a Câmara Municipal de Coimbra. Quase que apetece pegar nas palavras do meu colega Simão e dizer assim: “*Simão, também eu julguei que eramos todos de Coimbra*”. Mas pelos vistos, não somos. E quase que me apetece dizer que o concelho da Mealhada está tão próximo Trouxemil, confina, na zona dos Adões com o concelho da Mealhada, concelho, com uma boa gestão, com boa situação financeira que trata bem as suas freguesias, porque não, desanexar-se do Município de Coimbra, a minha freguesia e pedir para sermos agregados ao Município da Mealhada. É o que me apetece fazer, aqui não nos querem, desprezam-nos. Não me quero adiantar mais, para não cometer nenhuma indelicadeza.”

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“Senhor Presidente, Caros Deputados. Boa tarde a todos.

Quando me inscrevi, era tão só, para questionar aqui o Senhor Presidente relativamente, a um ponto que é o da Ordem de Trabalhos, o primeiro Ponto, um pequeno esclarecimento, mas a intervenção aqui dos vários deputados, suscitam-me algumas referências sobre o que aqui foi dito e referido.

Muitas foram as intervenções sobre a extinção das escolas, na área do concelho.

Meus Caros Senhores Deputados, que fique muito claro aqui.

Se, por ventura algo contribui para a extinção de escolas ou elas se vão mesmo extinguir, eu devo dizer, que isto, é único e, exclusivamente, da responsabilidade do governo. Vocês poderão contar, com toda a colaboração de todos os deputados municipais do Partido Socialista e o Executivo Municipal e seus Vereadores eleitos, para que nenhuma escola do concelho seja extinta. E, com isso, contarão com a nossa luta contra essa política do governo. Nisto deixamos e ficamos todos muito claros, neste particular.

Quero também fazer aqui uma referência e congratular-me com algumas das posições aqui trazidas.

Logo a primeira, do “Movimento dos Cidadãos Por Coimbra”, através do senhor deputado José Reis, por nos vir acompanhar, ao cabo e ao resto, aquilo que tem sido a luta do Partido



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Socialista, relativamente ao Metro Mondego e também, de outros deputados e de outras forças políticas e que fique claro, não chegaram agora, levamos inclusivamente, uma petição pública à Assembleia da República, deslocámo-nos em autocarros, trouxemos aqui os vários presidentes e autarcas dos vários concelhos limítrofes, atingidos pelo Metro Mondego, lavrámos o nosso protesto e aqui estamos, conjuntamente, por todos, para trazer o Metro para a Cidade e para os concelhos limítrofes.

Congratulamo-nos por isso, com o vosso contributo nessa medida para a nossa cidade e, muito obrigado por chegarem agora a associarem-se a isso. Mais vale tarde do nunca!

O mesmo poderia dizer relativamente ao Património.

Vão falando, vão falando, nós vamos fazendo porque o eleitorado nos conferiu esse mandato.

Mas, como é compreensível *“Roma e Pavia, não se fizeram num dia”*.

É certo que a campanha eleitoral, é só daqui a 3 anos e nós reservamos as nossas intervenções para lá, porque somos cumpridores com a lei, até lá, vamos fazendo obra.

Partilhamos e saudamos também, o Senhor Presidente da Junta de Santa Clara por nos referir aqui, e com isso nos congratulamos, com o sucesso, para utilizar a palavra utilizada, do Executivo Camarário Socialista, no desenvolvimento das obras que está a realizar na sua freguesia, que mais não são, que na parte urbana da cidade e que é visível, e só não vê quem não quer.

Nuno Freitas, eu compreendo perfeitamente que nos venha aqui fazer a *“mea culpa”* que desenhou, relativamente ao mandato do seu executivo anterior e, reconhecendo por isso, os conimbricenses deram o mandato ao Partido Socialista, para hoje estar aqui, a prosseguir a governação da Cidade.

Mas, há uma coisa em que tenho que ser muito claro.

Não confunda um mandato partidário, com um mandato autárquico de executivo. Esse foi exactamente, o erro do PSD. Partidarizar a gestão autárquica que é bem diferente de uma governação eleita pelo povo. Esse foi o vosso erro. Não esqueça nunca que houve maiorias, estiveram aqui maiorias e, não houve uma única, sugestão, aqui desta Assembleia que tenham acolhido do Partido Socialista durante 4 anos em que governaram, com maioria absoluta. Fica-lhe bem essa *“mea culpa”* e nesse sentido. E quero prosseguir dizendo-lhe que de todas as acções judiciais que ainda pendem, e diz que são mais de 30?

Os factos do seu objecto são motivados pela gestão anterior a gestão da maioria do PSD/CDS e não dessa gestão. Felizmente ainda não está ainda nenhuma prescrita. Antes estivesse!

Poderia referir-me também ao IParque, mas deixaremos isso mais para a frente.

A razão da minha intervenção não era bem esta.

Era solicitar ao Senhor Presidente, quando peguei aqui na informação que nos foi disponibilizada e constatei que hoje foram assinadas, com os representantes dos Sindicatos dos trabalhadores, concretamente a FESAP, que representa 216 associados e do STAL que representa 384 associados, trabalhadores municipais envolvidos, a assinatura do *“Acordo Colectivo do Empregador Público”*.

Este acordo, penso eu, deveria ser outorgado a 3 partes: Câmara, os representantes dos trabalhadores e o Governo.

Eu não sei se efectivamente terá sido assim, senão, porque o documento que nos fizeram chegar, sobre isso, nada nos informa. E, o que eu pedia ao Senhor Presidente para nos esclarecer porque é uma deliberação de um contrato de longo alcance e, que sobre isso esclarecesse esta Assembleia.”



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Intervenção do deputado municipal Rui Pato (CPC):**

“É com muito orgulho e muito prazer que eu subo pela primeira vez aqui, a este local e ainda por cima, com a responsabilidade acrescida de estar a substituir o Deputado Bandeirinha que é um homem de grande competência, mas eu fui chamado de urgência, hoje, para fazer essa substituição e não vinha preparado para fazer qualquer intervenção.

Mas, como sempre fui um trabalhador da saúde e hoje vi várias referências aqui ao campo da saúde, pelo meu colega e amigo e familiar e também, colega no percurso que fizemos na carreira médica, assim como ouvi, a Dra. Isabel Garcia e creio que mais alguém que falou na saúde.

Eu não resisti em vir aqui, não roubando muito tempo, apenas, para pedir um esclarecimento que até, peço desculpa se este esclarecimento é completamente descabido, mas eu tive uma dúvida, a propósito disso e, perguntei a várias pessoas de várias bancadas, e também ninguém me soube esclarecer e, talvez hoje, eu seja aqui esclarecido.

Eu, durante vários anos fui Presidente do Conselho de Administração de um Centro Hospital e na altura, eu trabalhava conjuntamente com um órgão da maior importância que era o Conselho Consultivo do Hospital.

O Conselho Consultivo do Hospital tem, por lei, que ter um elemento, nomeado pela Autarquia, para responder a todas a estas perguntas e estas questões que nós aqui, tão cadentemente falamos sobre a saúde.

Eu, no Conselho Consultivo em que estava, tinha como Presidente do Conselho Consultivo o Professor Vital Moreira e sei a exigência que havia naquele conselho consultivo em saber o que é que se fazia, o que é que não se fazia, porque que é que as taxas estavam “*assim*”, porque é que as taxas estavam “*assado*”, porque que é que o serviço, ... íamos visitar os serviços, com o Conselho Consultivo, com os representantes dos utentes, com os representantes dos trabalhadores, ... eu, estava perfeitamente convencido que nós tínhamos também no âmbito da Autarquia, como a lei, até há pouco, pelo menos, figurava, um elemento representante da Autarquia no Conselho Consultivo.

Fui ver o site do CHUC e, tenho aqui os nomes que lá estão e perguntei aqui às pessoas?

Tirando a Dr.<sup>a</sup> Isabel Fernandes Garcia que provavelmente estará lá, noutra qualidade e não, Autarquia, nestes nomes, ... e ninguém me soube dizer, se estaria aqui alguém realmente nomeado pela autarquia, como devia estar. E quando se fala aqui, em questões de saúde essa pessoa deveria ser aqui chamada e prestar esclarecimentos e nós próprios exigirmos junto dessa pessoa declarações que no âmbito das suas funções no Conselho Consultivo, soubesse todas estas coisas que se falam e que o Jorge Seabra falou e que eu podia nomear, outros tantos desmandos que se estão a fazer naquela casa.

Portanto, a minha questão era esta e realmente pode ser completamente injustificada, porque posso ter já uma resposta que realmente até já há uma pessoa.

Mas então, se há essa pessoa gostava de saber quem é essa pessoa, para nós a podermos interrogar e a podermos por a cumprir aquilo que será o seu mandato.

Portanto a minha questão era apenas essa e deixo-vos, com os meus agradecimentos e as minhas desculpas, caso eu realmente eu esteja a falar sem fundamento nenhum. É se há, quem é ele, se não há, porque é que não temos lá?”

### **Intervenção do Presidente da União de Freguesias Taveiro, Ameal e Arzila:**

“Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Vereadores.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### Cemitério do Ameal

Eu venho aqui mais uma vez e agora que faz 1 ano sobre as eleições, para pedir ao Senhor Presidente da Câmara que me receba, para lhe falar de alguns assuntos da minha freguesia, entre eles, o cemitério que ainda há bem pouco tempo, dois cunhados quase que se desentenderam e, entraram em vias de facto, porque realmente, um ocupou a campa que era do sogro, o outro não gostou. Isto, por não termos campas no Cemitério. Portanto, eu gostaria que o Senhor Presidente resolvesse o problema do Cemitério do Ameal ou, pelo menos, me desse alguma sugestão, para eu poder resolvê-lo.

Queria também e, esta será a última Assembleia, antes da aprovação do novo orçamento e, a última Assembleia, antes do fim do ano, fim do ano esse, que é posterior, ao fim do prazo estipulado para acabar as obras de 2014.

A minha pergunta que já fiz por várias vezes, é exactamente a mesma:

Eu não tenho projecto das obras que pedi à Câmara.

Se eu não acabar as obras vou perder o dinheiro de 2014 ou não?

É que a responsabilidade não é minha, é da Câmara.

É de ter uns poucos de técnicos seguramente, um técnico, esteve doente que eu sei e portanto, tenho alguns projectos em atraso ainda, não sei se vou concluir as obras no tempo oportuno e, espero, não perder o dinheiro dessas mesmas obras.

Queria responder aqui, ao Deputado Nuno Freitas que pôs a questão daquilo que o partido dele fez, que foi da junção das freguesias.

Eu estou muito triste e acho que só nos trouxe problemas, porque por exemplo, eu, não estou a tempo inteiro, não tenho 5 mil eleitores, mas há Câmaras que têm muito menos que eu, tem presidentes, têm vereadores, têm assessores, têm táxis, têm carros, têm “*não sei o quê*” e eu não tenho nada, sou sozinho.

Portanto posso já dizer qual é a minha opinião sobre isso: É desastrosa, na minha freguesia.

Aí não tenho dúvidas a minha resposta está dada, se quiserem poder registar.

Mas nem tudo é mau.

A minha freguesia organizou e eu estive à frente, convidando todas as pessoas para irem à feira que se fez, na União de Freguesias de Taveiro, Ameal e Arzila.

Tenho-vos a dizer, que correu muito bem.

Agradeço a quem lá esteve e, agradeço à Câmara, todo o apoio que nos deu, na pessoa do Senhor Presidente, como representante de alguns Vereadores e queria deixar um agradecimento especial ao Senhor Comandante da Polícia Municipal.

Quer profissionalmente, quer pessoalmente, acho que é uma pessoa excelente, para ele, os meus agradecimentos e para a Câmara em geral, muito obrigado.”

### **Presidente da Assembleia Municipal respondeu ao deputado municipal Rui Pato:**

“Senhores Deputados *“a César o que é de César”*.”

Eu acho que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal, de certeza absoluta, têm muitos defeitos, faz muitos erros, pecam muitas vezes, mas também, peço aos Senhores deputados para terem alguma parcimónia na forma, como às vezes se tecem críticas ao funcionamento dos nossos órgãos, aos quais nós pertencemos que às vezes não têm fundamentos.

Eu tenho aqui na minha posse, todos os documentos que esclarecem todas as obrigações que esta Assembleia Municipal tem em relação à sua representação no Conselho Geral do CHUC.

Como devem estar lembrados, no dia 25 de Novembro de 2013, esta Assembleia elegeu o Senhor deputado António Sequeira, por 24 votos, uma votação, em alternativa com a Senhora



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Dra. Manuela Carvalheira que teve 19 e portanto, cumpriu a obrigação de escolher o representante no Conselho Geral do CHUC.

Imediatamente no dia 3 de Dezembro, uma semana depois, eu próprio assinei um ofício que enviei ao Senhor Presidente do Conselho Directivo do Conselho Directivo do Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra - Avenida Bissau Barreto - Praceta Mota Pinto, dizendo-lhe quem era o nosso representante.

Portanto, dando nota da eleição. Mandei-o para quem de direito.

Se, quem de direito se queixa que não recebeu ou se perdeu o papel, a culpa não é desta Assembleia, sinceramente!

Fustiguemo-nos com aquilo em que estamos em falta, não nos fustiguemos, quando cumprimos escrupulosamente as nossas obrigações. Foi o caso!

Esta Assembleia deliberou e o Presidente e a Mesa comunicaram o teor dessa deliberação.

Se há quem se queixe, o problema não é nosso.

Se a informação não corre ela não corre noutros sítios.

Às vezes não corre aqui também, mas há sítios, onde ela parece que corre pior.

Em relação ao Senhor Deputado Ricardo Rodrigues, devo-lhe dizer independentemente das considerações subjectivas, que naturalmente fará daqui até ao fim do meu mandato, sobre a minha aptidão para exercer estas funções, devo-lhe dizer o seguinte:

Eu só distribuo aos Senhores Deputados da Assembleia Municipal, os documentos a que eu próprio tenho o direito, em função das competências que me são atribuídas. Nem mais nem menos!

Não tenho documentos escondidos nas gavetas, desconheço documentos que não me mandem distribuir, portanto distribuo todos aqueles documentos que por força da lei e do exercício das competências que a lei determina, eu sou obrigado a distribuir. Nem mais nem menos!

Falou-me de certidões!

Posso eventualmente desencadear os meus bons ofícios para, no relacionamento com outras instâncias deste Município, pedir que um determinado processo possa ser mais ou menos expedito. Eu não sou agente de interesse, aqui dentro. Nunca fui, nem quero ser!

Até vos devo dizer que com muito orgulho, frequento muito pouco os corredores e os gabinetes, deste Município.

Não tenho trabalho, nos corredores e gabinetes deste Município que não seja aquele que deriva, estritamente do cumprimento das minhas competências, não tenho outras tarefas, nem sou portador de mais nenhum tipo de interesses e orgulho-me disso!

Portanto, se me está a pedir para que eu, em função da posição institucional que em vosso nome represento, desencadeei, alguns bons ofícios, para que alguns processos sejam mais fluídos na sua tramitação interna e, no conhecimento que devem ter todos os participantes neste ente colectivo, eu fá-lo-ei!

Agora, não há vetos na gaveta, não há nada escondido, não há nada debaixo da mesa e eu só distribuo documentos que as nossas competências e as leis do país, me mandam distribuir.

Era isto que eu tinha que dizer.”

### **O deputado Ricardo Rodrigues pediu a palavra para dizer o seguinte:**

“Peço desculpa Senhor Presidente, provavelmente, não me fiz esclarecer devidamente!

Longe de mim querer que o Senhor Presidente distribuísse documentos que não tem na sua posse.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Simplemente, ao transmitir à Assembleia que houve aqui uma atitude discriminatória para com a minha freguesia, pelo facto de que em situações idênticas, presidentes de junta com certidões aprovando aqueles acórdãos, com condições, foi-lhes permitido subscrever os mesmos, perante esta denúncia pública, eu apelei à intervenção do Senhor Presidente, para que solicitasse à Câmara, que facultasse a esta Assembleia, cópia de todas essas certidões. Pelo desculpa se me fiz mal entendido.”

**Terminado o período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia passou de imediato ao período da Ordem do Dia.**

### **Ponto 1 - Intervenção do Presidente da Câmara:**

A informação escrita, acerca da actividade da Câmara bem como a situação financeira foi apresentada, nos termos da al. c) do nº2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro e distribuída pelos membros da Assembleia Municipal.

#### *Intervenção do Presidente da Câmara – esclarecimentos à Assembleia*

“Senhor Presidente, Senhor Deputados, Senhores Vereados, Caros Municípes

Uma nota breve, dado que já são quase cinco horas da tarde e estamos a entrar na ordem de trabalhos.

Complementarmente à informação escrita que prestei ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que aproveito para lembrar que não era uso, nem costume, ser feita essa comunicação escrita.

Eu tenho o gosto de a fazer e de a tornar presente.

Naturalmente que é uma súmula, muito sumária da actividade desenvolvida, desde a última sessão da Assembleia Municipal e, é uma prática que fazemos, em cumprimento do dever E começando por ela, ela não é exhaustiva, é um arrolamento, como é normal.

As actas da Câmara estão no sítio da web, no sítio da Câmara, onde podem ser todas consultadas e aqui, trata-se de uma resenha, sobre a qual é preciso esclarecer desde logo, um ponto importante sobre a situação financeira da Câmara e da aceitação financeira que os serviços dão.

Como se recordarão os senhores eleitos locais aqui presentes, quando tomei posse, afirmei que “*o vereador vereia e o director dirige*”. Isto é, quis fazer uma exacta segregação de funções, entre o nível político e nível técnico e, cada qual tem as suas responsabilidades próprias, para que as coisas funcionem.

Nem tudo é perfeito, mas as coisas vão-se aperfeiçoando e vai-se conseguindo.

Foi referido a propósito desta comunicação que sobre as acções, o contencioso, recursos hierárquicos e processos judiciais pendentes, que havia aqui um aumento de 30. Há! E vai haver mais.

Senhor Presidente e Senhores Deputados, uma das questões que me preocupa na administração municipal é a litigância que é prática corrente, hoje.

Na minha anterior encarnação, no meu mandato do século passado, as equipas síndico e demais colaboradores da área jurídica da Câmara Municipal de Coimbra, quando tínhamos cinco ou seis demandas judiciais, tocavam as campainhas, eram todas chamadas e, reexaminava-se, um por um, dos processos, para ver se ou nós ou os serviços enfim, se havia alguma coisa, erro que, nós pudéssemos corrigir, atalhar e pela via da negociação amigável e resolver.

O número crítico era 5, e já era alerta vermelho.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Acontece porém que, agora temos 182, pelo menos.

Porque este arrolamento, só agora é que se está a fazer, embora, eu entenda que é uma obrigação facultar à Câmara Municipal, com os detalhes necessários para se identificar processos. Há aqui processos-crime, há vários processos.

Mas, o arrolamento dos processos deve ser comunicado à Assembleia Municipal.

E, a propósito desta questão dos processos, abordo uma componente de grande importância e que já aqui foi referida e é necessário esclarecer.

Centro Convecções e Congressos – Convento de S. Francisco da Ponte

Há de facto litigância, mas retomando conforme aqui está na escala.

A Empresa MRG que era a empreiteira meteu uma acção em Tribunal para resolução do contrato, evocando que ele tinha sido erradamente posto a concurso.

Na sequência disso e, na defesa dos interesses próprios do Município, e não de qualquer dos seus membros, desencadeei obviamente, assumindo as minhas responsabilidades plenas, em defesa dos interesses do Município, contra atacando com a resolução do contrato, porque se trata de um empreiteiro que tem uma empreitada e que unilateralmente no dia seguinte à nossa tomada de posse, ... Felicitamo-nos pela eleição, já agora. ... no dia seguinte, faz entrar no tribunal uma acção, com vista à resolução do contrato, alegando que ele tinha sido mal posto, estava imperfeito, estava incorrecto, quando foi a concurso, a Câmara Municipal não podia assistir, ...e resistimos, procurando pela persuasão... “*retomem os trabalhos, retomem os trabalhos*”,... porque, só podem interromper os trabalhos, com autorização da dono da obra.

Não o fizeram!

Foi interposta acção e foi tomada posse administrativa.

Tudo o resto que aqui foi dito sobre esta matéria, não tem fundamento e é marginal ao essencial. E preocupa-nos, porque o tempo decorre, claro, que há procedimentos que têm que ser seguidos, alguns por ajuste directo, é preciso perceber-se que o ajuste directo faz parte do Código dos Contratos Públicos. Cumpridas a leis e as normas, é desencadeado o que é preciso para que a obra se faça e, está a ser feito tudo quanto nos é legítimo fazer e, está ao nosso alcance, para que a obra seja feita no prazo, correspondente às obrigações contratuais da Câmara Municipal de Coimbra com o POVT de modo a que não se perca o financiamento comunitário, para aquela importante obra que está em curso.

Mas, é evidente que os demandos que provocaram as acções que estão aí, 3 ou 4 já, pelo menos, foram cometidos antes e, não foram resolvidos antes.

Porque o processo documenta que vários meses antes de tomarmos posse, a questão havia sido suscitada à Câmara Municipal cuja não nos disse nada!

Mas esta parte, naturalmente será dilucidada, em sede própria que não aqui! Mas, para ficar claro! É difícil partirem-me a coluna, só por acidente grave. Quanto aos outros não posso acarretar com as suas responsabilidades.

Tenho acompanhado isso, sem rancor nem ódio e com perseverança necessária e a contenção devida, pelo cargo que exerço.

Senhores Deputados!

Procurando responder a questões para as quais eu tenha eventualmente resposta.

A questão da Escola Silva Gaio

A Câmara Municipal, não foi ouvida nem achada; tomámos conhecimento por via entreposta.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Ministério da Educação comunica-se em geral, por telefone ou por SMS que é uma nova particularidade de comunicação, ... não há comunicações oficiais, não se sabe o que é que anda por ali a acontecer.

Tomou-se conhecimento que na abertura do ano escolar, que aquela faltava.

Como encerraram escolas sem comunicação oficial, o melhor que se conseguiu foi email a dizer: *“dentro em breve vai a comunicação oficial”* e foram-me mandados, sempre, ofícios, registados com aviso de recepção a dizer, ... mais, neste caso e, com pleno conhecimento do que afirmava e responsabilidade do que escrevi, ... *“Senhor Ministro da Educação, o Senhor está a errar!”*, ... *o Senhor Ministro da Educação comprometeu-se com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses para em todo o País ter uma metodologia e um procedimento e o Senhor está a desfraldar aquilo que deu pela sua palavra. O seu secretário de Estado, “seu ajudante”, diria alguém, não está a respeitar as orientações que o Senhor nos transmitiu e a dar ao serviço, ... e eu estava presente, ... e portanto, está a haver um desvirtuamento grave do entendimento político, entre duas entidades que em princípio, são pessoas de bem”*

Mesmo assim não houve resposta!

Portanto, temos no terreno, um conjunto de questões que iremos continuar a debater, infelizmente, temos de continuar com elas sem solução à vista.

E digo, infelizmente!

Porque era nossa motivação que o ano escolar abrisse de forma pacífica, de forma construtiva, de forma acolhedora, para os alunos e o princípio que foi adoptado, para o encerramento de escolas, já há anos, por acordo expresso que só encerrariam escolas, desde que as escolas de destino das crianças tivessem melhores condições pedagógicas, físicas, etc.

Não foi isso que foi seguido, mas aí, não posso acrescentar mais a não ser, uma outra informação que também disponho.

Aquando da discussão dos dossiês da Universidade, relativos à necessidade de intervenção no Estádio Universitário; há pessoas que defendem a utilidade, em utilizar, a Escola Silva Gaio, para servir de escola, de faculdade, para a faculdade de Educação Física e Desporto.

Mas isto são estudos, são pontos de vista respeitáveis e estão em discussão, em cima da mesa, não estão decididos, mas é uma das perspectivas que existem.

Aquilo que julgo conhecer, não me foi comunicado oficialmente, foi que o Ministério da Educação decidiu retirar o primeiro ciclo da Escola Silva Gaio e transferi-lo, para outro sector, o D. Duarte.

É a informação de que disponho e que partilho, dessa e de outras, com esta franqueza.

São dados que estão em cima da mesa.

Naturalmente na ponderação disto, eu devo dizer o que no meu modesto entendimento, deve ser considerado.

É importante intervir, na reabilitação do Estádio Universitário e pô-lo em condições.

É útil à cidade e também, naturalmente, à Universidade que uma Faculdade de Educação Física e Desporto, se localize ali, na zona ribeirinha do rio, onde está, o Estádio Universitário e, se houver equipamentos do estado que tenham condições para servir para ensino, são de certeza, muito melhores aquelas instalações que lá estão do que por exemplo, aquelas que eu e outros, aqui presentes, partilhámos, algures, ali, na Avenida Dias da Silva, em tempos já distantes.

Portanto, é importante do ponto de vista político e de organização da cidade que no sítio, conhecido, como Estádio Universitário, seja um espaço de infra-estrutura desportiva e educativa Faculdade de Educação Física e Desporto



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A questão do Apeadeiro – Obras da Estação Velha

Estão, obras a correr por parte da REFER.

Estão a correr as pinturas lá de umas coisas, pinturas metálicas e estão a correr obras do interface rodoferroviário, mas estas são da Câmara Municipal.

Não têm financiamento! É dos cofres da Câmara!

Estão a arrancar e são obras importantes, porque procuram estimular a majestática REFER, ou majestática REFER ou CP antiga, a intervir reabilitando, construindo, uma Estação digna de Coimbra.

É uma mensagem antiga! E até agora, infelizmente, ainda não se conseguiu.

Foi já outorgado entre o Município de Coimbra “*in illo tempore*”, um acordo com o Governo, assinado pelo Presidente da Câmara e pelo Primeiro Ministro, na altura, projectos de “*Estações com Vida*”. Depois, claudicou, “*mudaram-se os tempos, mudaram-se as vontades*”, claudicou!

Foi há dias anunciado, eu li isso com gosto, pelo Senhor Deputado por Coimbra Maurício que tinha garantia que isso ía arrancar. É desejável que se consiga, aplaudirei.

Entretanto, o que está ao alcance da Câmara Municipal que é a intervenção na zona envolvente, estamos fazer aquilo que está a ser construído ali. Interface rodoferroviário de articulação dos seus postos da linha do norte, do transporte rodoviário das operadoras e também, criando condições para o Metro Mondego, quando começar a operar, ou seja, de Mobilidade Mondego, o nome não será relevante, transportar pessoas que opere também, a partir daquele sítio.

Metro Mondego

Ouvem-se muitos cometários!

O Metro Mondego vai ser financiado pelo próximo Quadro Comunitário de Apoio.

É a garantia que me foi dada por pessoas, governantes honrados e intervenientes honrados, nas reuniões. Não entro em detalhes, não é que seja segredo, é para não ser *tradutor/traditorium*. O que está convencionado entre as partes é que, o Metro Mondego será financiado pelo próximo Quadro Comunitário de Apoio.

O que se discute, mas disso, já tive a oportunidade de informar a Assembleia Municipal e mantenho, a disponibilidade de se criar uma empresa ou, refundar uma empresa que incorpore, por exemplo, os SMTUC, para haver uma articulação, uma complementaridade de meios de transporte na nossa cidade e na região.

O que posso neste momento adiantar, não o tendo escrito, mas tendo-o ouvido de modo sério, posso dizer que o Metro Mondego, terá acolhimento nas linhas do Programa Operacional Regional e de um dos Programas Operacionais Nacionais. Como é sabido decorre neste momento a elaboração dos regulamentos específicos dos Fundos Comunitários. Isso tem negociações, etc. A Comissão Europeia também está a começar a ser instalada e portanto, há aqui *timings* que tem de ser respeitados.

Mas, eu estou convicto, seriamente, que vai ser empreendida a instalação do Sistema de Mobilidade.

Questões graves, que ainda estão pendentes e algumas, viram aqui à Assembleia porque, é necessário que venham.

Há empresas que a Câmara Municipal tem, directamente ou por interposta entidade e que, terão aqui de ser equacionadas.

Mas hoje, não será do dia, nem há documentação necessária que ela terá de vir.

Mas que vão ter que ser equacionadas; quer no órgão executivo quer na Assembleia Municipal e, designadamente o IParque.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O que fazer ao Parque e aos respectivos compromissos, dívidas, problemas, acções judiciais, demandas também, contendas, e outras incompreensões?

E, à paralisação que também ali está, designadamente ter ali instaladas empresas que operam e não pagam renda! Estão à *borla*. São algumas!

Terá de ser visto melhor, designadamente, a empresa SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana, que fez estudos... estudos... estudos, não tem dinheiro já para pagar, ... já está aplicado o capital social da SRU, o Estado, é o accionista maioritário e a única resposta que dá, chegou-me há instantes, ao meu gabinete uma carta, sobre isso pelo telefone, uma resposta, ... não sei exactamente o que vem nessa carta, mas o que o Governo pretende é, desactivar a SRU, cuja, já não tem dinheiro para pagar os salários. Disponibilizei que o Município de Coimbra pagaria, na proporção do capital social, a parte necessária correspondente aos prejuízos transitados do ano anterior.

Mas esta questão da SRU-Metro Mondego está a bloquear e a criar uma situação gravíssima que é esta demolição que está aqui ao lado da Câmara Municipal.

A demolição foi feita, os prédios, os terrenos estão ao abandono, as componentes marginais estão a ocupar este território e estão a criar medo e questões gravíssimas que estão a acontecer.

As duas entidades directamente envolvidas naturalmente, a Câmara Municipal está em todas, é a questão do espaço, mas são as duas empresas, a Metro Mondego e a SRU. E, curiosamente no governo, e os senhores Deputados que consigam fazer-se ouvir, porque às vezes nós falamos e somos ouvidos mas, somos esquecidos de imediato, é que mesmo no Governo a compreensão e a tutela quer, do Metro Mondego quer da SRU, são desconformes, são desconjuntados.

Enquanto a SRU acha que aqueles terrenos que foram expropriados, valem “x”, a Metro Mondego acha que valerão “XxX”.

Curiosamente, o Estado está nas duas sociedades, através do Ministério das Finanças.

O Ministério das Finanças que pelo interlocutor Metro atribui um valor, pelo interlocutor SRU, atribui outro. O Governo é o mesmo!

Na Câmara, apesar de ter esses ímpetos de que às vezes me acusam,... bom é decidido, ... assumo a responsabilidade.

E não há várias câmaras, aliás como não há vários governos centrais.

E assim é que as coisas devem funcionar!

São 10 meses de reuniões, viagens, etc. mas acção concreta, nada!

Isto, já para não falar num Fundo Imobiliário, fechado que anda por aí também, nessa zona, mas aí, ainda não consegui deslindar.

Pedi auxílio à Comissão de Bolsa de Valores Mobiliários, para me informar com documentação autêntica, o que é que anda para aí, porque de facto, é um enigma que ainda ando à procura. Mas, nos arquivos da Câmara Municipal não temos nada, ou melhor, temos alguns papéis avulsos.

Está a fazer-se pesquisa. Andamos há 10 meses para juntar processos e perceber o que é que se passa com o Fundo Box. É verdade! Eu confesso que não consegui até agora.

Já hoje se falou em pecados, eu falo em confissão!

Não há! Não nos deixaram esses processos, esses dossiers

Estamos a pesquisá-los, vamos encontrá-los, e depois, ver se conseguimos decidir.

Passagem de nível de Souselas

Começamos a saber o que se passa!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

São vários milhões de euros para construir aquela passagem de nível e o acordo, o contrato celebrado entre o Município e a REFER consiste em suma, no seguinte:

A CP/REFER faz o projecto, expropria os terrenos, lança a empreitada, fiscaliza a empreitada, constrói, dá cabo, como deu, do ponto de vista urbanístico uma questão que nunca vi criticar, mas eu critico, que foi a intervenção que está no centro de Souselas, das rotundas, ... que eu até gosto delas, ... do viaduto, ... de tudo aquilo que ali está que é uma desgraça do ponto de vista urbanístico e feito isso, por essa entidade depois, apresenta a factura à Câmara.

Estão aí uns milhões de facturas para pagar e que eu pus em causa, naturalmente como estão a entender, dado que não há contrato válido, no meu ponto de vista, sobre isso, ... mas a “coisa” lá vai andando, ... e várias estão assim.

A CP aprova, avança, executa, incluindo expropriações e depois, diz à Câmara: “*pagámos tanto, mandem o dinheiro*”,... o que é um bocadinho peculiar. Mas foi aprovado pelo executivo que me antecedeu.

Senhores Deputados e

Senhor Presidente da União de Freguesias de Trouxemil e Torre de Vilela

Vide a documentação e, assinados os documentos arregaçamos as mangas e “*mãos à obra*”.

Mantenho o que disse.

Não serve para assinar um contrato a apresentação de uma moção, etc. ...

A gente sabe onde é que isso se faz!

Também já andei nas Assembleias Magnas e quando era mais miúdo, andava aí noutras andanças, na maioria sem papéis.

É um documento que comunique de boa-fé, a gente outorga e assina, e está resolvido! Com a celeridade que os serviços consigam conceder e... “*vamos a isso*” ... sem problemas!

### Consignação de Empreitadas

A lei diz que é no sítio onde se executam os trabalhos.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia quis ficar na fotografia na Junta de Freguesia, ... eu visitarei mas, compreenda, uma consignação de uma empreitada é mesmo no terreno, não é na alcatifa, a não ser a empreitada de renovação do prédio. Foi aí que foi feita, penso, que já está praticamente acabada mas, ainda não tive a oportunidade de a visitar... um dia destes vou lá ver.

### Acordos Colectivos de Trabalho

Uma questão importante e que foi assinada hoje, e que quero registar perante a Assembleia Municipal porque é uma questão delicada, mas muito importante.

Assinámos hoje de manhã, com os sindicatos afectos à CGTP e os sindicatos afectos à UGT os *Acordos Colectivos de Trabalho* e conseguiu se chegar acordo.

Foi um trabalho continuado, cuidado, sério e assinámos o Acordo e eu assinei, em nome do Município.

Na 6ª feira passada, o Governo fez publicar um comunicado em que, abre o véu num ponto de vista, dele, do Governo, segundo o qual, o parecer que havia sido pedido ao Conselho Consultivo da Procuradoria Geral República determinava, determinado tipo de comportamentos e de procedimentos.

O Governo fez publicar um comunicado.

Já houve tempo em que, a revolução se fazia com um comunicado, até com um discurso, um comício, e proclamava-se e a “coisa”, executava-se.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Mas agora não é assim! Num Estado de Direito é diferente!

Acontece que, o Governo tem do Conselho Consultivo da Procuradoria Geral República que, não é um serviço privado, o parecer, pelo menos, desde Março ou Abril. E até agora, não se dignou a entregá-lo à Associação Nacional de Municípios Portugueses que é parte na contratualização, pelo menos, para resolver problemas.

Preocupa ter cidadãos, por exemplo com o horário de 35 horas, em Coimbra e haver um município vizinho com 40 horas.

É legítimo adoptar isso lá, como é legítimo adoptar aqui!

Mas, para quem se preocupa com o preço do trabalho e a justa compensação do trabalho, logo aqui, está criada uma desigualdade que é preocupante. E, ofereceu-se a Associação Nacional de Municípios Portugueses para ajudar a harmonizar.

Acontece que, o que temos é o comunicado, emitido na 6ª feira pelo Governo, não nos foi mandado oficialmente o Parecer da Procuradoria-Geral República e, ele é importante.

Porque eu assumo que, estou consciente do risco que assumi ao outorgar o contrato que implica responsabilidade financeira pessoal.

E estas questões são muito sérias!

Portanto, quando nós às vezes aqui comunicamos de uma maneira que, pode ser mais emotiva, compreende-se mas, isto é mesmo sério.

Mas quando é sério, é mesmo “à séria” porque, de outra maneira, pode dar dano, pode dar prejuízo.

Neste caso, estão mais de 2000 pessoas directamente envolvidas nisto.

E, a ler o comunicado que foi divulgado e se aquele entendimento for assim, é uma intrusão inaceitável na autonomia do Poder Local mesmo, ...e não digo isto do ponto de vista político, mesmo do ponto de vista prático.

Por aquilo que vem no comunicado o Governo, quer regular o horário de funcionamento do Cemitério da Conchada e o horário de trabalho da portaria da Câmara e a hora de intervalo para a refeição ligeira dos motoristas dos SMTUC.

Como é que um Governo pode ter esta capacidade?

Não vale a pena!

Por aí, as coisas estão a atingir um ponto que, começam a ser muito preocupantes, sobretudo gasto este tempo todo e agora, vêm com uma nova versão em que dizem que, eles tinham estar na mesa das negociações.

Levou-nos 5 ou 6 meses, ou mais, ... já tinha sido começado no anterior executivo, com a legislação anterior, retomado agora, foi assinado hoje e, a versão que nos aparece na 6ª feira é que, o Ministério das Finanças tem que estar na mesa das negociações.

Portanto, é voltar à “estaca zero” e voltar a discutir isto, mas eu recuso discutir com o Governo, o horário de funcionamento das sentinas, ou o horário de funcionamento da portaria da Câmara ou número de funcionários que afectamos a determinadas actividades normais.

O Governo não tem nada a ver com isso.

Portanto, a questão está indiciariamente susceptível de criar conflito para além do que é razoável e foram feitos sucessivos alertas e sugestões para se evitar essa demanda.

Seja como for, hoje foram assinados os acordos com os sindicatos das duas centrais sindicais e eu sinto-me feliz com isso!

Deu trabalho devo aqui publicamente referenciar, os da Câmara Municipal, dirigentes vereadores, funcionários que diligentemente se ocuparam deste dossier.

Ajudaram-me muito!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Muito obrigado Senhor Presidente.”

### **Intervenção do deputado municipal José Reis (CPC):**

“Senhor Presidente era para sublinhar com enorme grande agrado a notícia que o Senhor Presidente da Câmara nos acaba de dar, da sua convicção de que o Metro será objecto de financiamento dos Fundos Comunitários que iniciam agora o seu financiamento da sociedade portuguesa.

Esta é uma notícia, evidentemente de todo o relevo e compreenderão que, em função do que disse há pouco e daquilo que afinal partilhamos ou, mais ou menos partilhamos nesta Câmara que isso é uma notícia que vinda do Senhor Presidente, vinda da sua convicção, vinda dos entendimentos, dos compromissos que com ele são assumidos, evidentemente, é de toda a grandeza.

Eu quero sublinhar isso, quero firmar essa convicção e quero pelas razões que já expliquei, é que nós estamos perante um projecto, que é, não apenas, um meio de transporte essencial, como é, um instrumento de organização da urbanidade da cidade.

A minha intervenção não é evidentemente para assinalar o sonoro e esclarecedor silêncio com que o Senhor Presidente respondeu à minha pergunta.

Mas o silêncio é esclarecedor!

Eu, depois desta notícia, até me limito a registar isso.

Se o Senhor Presidente quiser ainda discutir e, se o Senhor Presidente da Assembleia quiser reendossar a minha pergunta mas, juro que não foi esta a finalidade na minha intervenção.”

### **Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU):**

“É só um esclarecimentosinho para que não fiquem dúvidas.

Primeiro, queria começar por dizer que, este acordo que acabou agora de registar e que foi assinado que nos congratulamos com isso e, realmente, também li, na 6ª feira aquele parecer/decisão mas, não vamos fazer comentários agora sobre isso, senão daria “*pano para mangas*”, essas e outras coisas.

Eu queria só esclarecer porque me pareceu que na intervenção do Senhor Presidente da Câmara em relação à EB2/3 Silva Gaio e a situações futuras, tendo em conta aquilo que já tem vindo a ser apontado como possibilidade, eu entendi, e não queria sair daqui com ideias erradas que, se eventualmente se a situação apontar para que, como disse, seja favorável que a EB 2/3 Silva Gaio passe a ser uma outra coisa, nomeadamente, a Faculdade de Desporto, a Câmara Municipal de Coimbra poderá estar de acordo com essa solução?”

### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**

“Senhor Presidente

Eu não podia deixar de passar em claro, saudando a enorme coragem, e manifestar a minha solidariedade ao Senhor Presidente da Câmara referindo, como acabou de referir, e por isso eu na minha intervenção de fundo, muito estranhei isso a assinatura destes contratos, isso é, de quem, de facto, está voltado para o problema das pessoas, para o problema dos trabalhadores, consciente da sua responsabilidade pessoal, e ainda assim, assinou o contrato, quiçá, pensando que poderá estar a imolar a sua situação financeira.

Parabéns Senhor Presidente da Câmara! O Senhor é digno do cargo que ocupa!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Também, não posso deixar de passar em claro, porque ainda há pouco, também quando ali estive, me referi ao trabalho que sabia que vinha sendo desenvolvido sobre o Metro Mondego que me congratulei com a intervenção dos Cidadãos Por Coimbra, na pessoa do Senhor deputado José Reis, relativamente ao Metro Mondego, acabo de receber a boa notícia que efectivamente o Metro está a andar e que teremos no período anunciado, os necessários os financiamentos para o início da obra.

Muito obrigado e também parabéns pela notícia que aqui nos trouxe, Senhor Presidente da Câmara.”

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas**

“Em primeiro lugar e, no seguimento das intervenções anteriores quero voltar ao ponto,... desculpem, parece formal, mas sobre a questão de nas sessões ordinárias haver este período de fiscalização do Executivo.

No fundo penso que é um momento nobre de uma função, talvez a mais nobre desta Assembleia a Municipal.

Fiscalizar a actividade do Executivo através precisamente, da prestação de contas por parte do Presidente da Câmara que representa todo o Executivo, de forma que, possamos fiscalizar, comentar, dirigir questões no período nobre que, tanto quanto possível, deve ser regulado. Se assim é, em caso maior, para quem tem mais competências e, tem também, um tempo para o fazer e tem também, um tempo próprio para ouvir os diversos agrupamentos políticos, penso que, talvez no decurso do nosso 2º ano de mandato, consigamos ter o regulamento e, dar um tempo próprio e até, para não ouvirmos a remoque que *“passamos demasiado tempo, sobre o período de Antes da Ordem do Dia”* mas depois não temos tempo para a própria intervenção do Presidente da Câmara e depois temos um tempo próprio também para a intervenção dos grupos. Isso é de facto, boa regra democrática e, volto a alertar para esse aspecto. Acho muitíssimo bem que o Senhor Presidente tenha aqui novidades, considerações, realce os temas que entender oportunos. Penso que isso está, obviamente, na sua liberdade de acção.

Convento de São Francisco

Nós não aceitamos a leitura que foi feita e, queremos alertar a Assembleia para o perigo que ela representa de alijamento de responsabilidades.

Não está em causa que, se houver responsabilidades de todos os vereadores, de algum dos vereadores, de todo o Executivo, do anterior do Presidente da Câmara, dos anteriores presidentes, etc., que essas responsabilidades não venham a ser apuradas, do ponto vista legal, já que há um processo em tribunal, ou vários processos em tribunal.

Já parece pior, e quero aqui sublinhá-lo que o actual Presidente da Câmara venha dizer:...”isto não tem nada a ver comigo, isto é tudo trabalho anterior e portanto, se há demandas, isto é problema anterior...”

Parece-me mal, simplesmente, porque, houve várias demandas que decorreram dos mandatos anteriores do Doutor Manuel Machado, e não houve propriamente a desculpa, porque é uma desculpa, porque, evidentemente, não é o Presidente Manuel Machado que conta, é o Presidente da Câmara de Coimbra, é o Município de Coimbra, é esse que é demandando e se houver matéria que, ainda para mais, o tribunal vai ter que aclarar, julgo que não fica, pelo menos bem que o Presidente da Câmara, venha dizer aqui neste púlpito, como ainda agora disse, ... *“atenção, isso é matéria lá dos anteriores e vai haver tribunal e logo se verá”*.

E, eu vou dizer do mesmo modo Senhor Presidente da Câmara!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A acção que o Senhor próprio interpôs, que foi por sua iniciativa e não foi nenhum dos membros anteriores que estavam no executivo que entendeu, foi o Senhor, foi por sua iniciativa que interpôs uma acção à MRG, veremos no tribunal o que é que se diz.

Veremos também no tribunal se de facto nós tínhamos razão ou não nessa assunção.

E veremos também no tribunal da lisura dos procedimentos do actual executivo e, do actual Presidente da Câmara. Veremos também em Tribunal!

Eu, sinceramente, não acho elegante dizer isto uns aos outros mas, mas já que o Senhor nos incentiva a isso, olhe, tome lá a nossa resposta! Veremos também em Tribunal, da lisura do seu procedimento!

E, não vale a pena dizer que, foi do processo anterior!

Foi o Senhor que interpôs no tribunal um recurso, porque entendeu que assim, melhor defendia os interesses do Município.

Daí, já não resulta claro, que se tenha que fazer um ajuste directo para que um membro da lista do Partido Socialista tenha uma programação cultural possível, ou uma actividade de programação cultural do Convento de São Francisco.

Onde é que aqui, e uma vez que obra nem está concluída, onde é que aqui se coloca agora, a possibilidade de se fazer um ajuste directo para uma programação que, já agora, podia ao menos ter sido feita ouvindo as entendidas culturais do concelho?

Foi esse pequeno aspecto que temos vindo a reiteradamente a chamar à atenção porque, consideramos que, ele sim, demonstra que sobre o processo do Convento de São Francisco, as coisas não estão a correr bem.

Vamos ver com muita atenção, aliás, saudamos a iniciativa da Assembleia Municipal de haver uma Comissão de Acompanhamento, que ainda não reuniu, mas que está disponível para reunir, para de facto vermos com mais atenção, o que se está a fazer no Convento de São Francisco.

Para nós, é curta a explicação que é dada e já agora, queremos devolver exactamente do mesmo modo, a acusação que é feita.

### Execução Orçamental

Queremos também falar sobre a questão que aparece na informação distribuída aos deputados municipais sobre a execução orçamental.

No fundo, o entendimento que houve na altura do debate do orçamento, foi que era bom que houvesse um acompanhamento da execução orçamental, diria trimestral, nas assembleias ordinárias, de forma, a que nós pudéssemos ir vendo se, de facto, faz sentido ou não a crítica que nós fizemos hoje de uma letargia burocrática e, uma visão centralista e burocrática da Câmara em vários sectores que paralisou a actividade municipal.

Isso faz sentido ou não faz sentido?

Nós temos basicamente um cálculo mais ou menos de tesouraria.

Percebemos que na receita, está correr bem.

Na despesa estamos, julgamos nós, com cerca de 40% de execução orçamental.

É isso que julgamos com os dados que aqui aparecem, mas gostávamos de perceber se estamos com 40% de execução orçamental na cultura, na acção social, no urbanismo, nas obras municipais, se estamos com melhor execução e com pior execução?

Isso sim, dava-nos elementos de fiscalização, que podiam agora ser dirimidos, para tentarmos perceber como está a actividade do executivo municipal.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Provavelmente, ela não é toda igual e há zonas desiguais dentro da própria actividade do Município de Coimbra e gostaríamos de poder ter uma melhor avaliação desse aspecto e fazê-lo neste momento.

Metro Mondego

Por fim, não vou dizer o óbvio! Para esses efeitos, também há governo.

Não é só para o efeito do “*fecho das escolas*” e de tudo o que acontece de negativo. E é muito seguramente! De tudo o que acontece ao concelho, seguramente porque, há uns pérfidos humanos que estão no Governo da Republica e que urge tirar de lá!

Compreendemos isso tudo, mas já agora, então perceber, ... até vos vou dizer mais, nós queremos ver o Acordo do Metro Mondego!

Nós queremos ver o Acordo do Metro Mondego!

Nós muito lutámos por todas estas matérias, sabemos das vicissitudes dos problemas, sabemos quem arrancou os carris, e portanto desculpem, ter amanhã, mais uma capa, com mais de um “*comboinho*” a passar sobre a Ponte de Santa Clara, desculpem, mas estamos fartos!

Vamos ver com atenção, os termos, as responsabilidades, vamos ver se este processo é de facto é sério, desculpe José Reis, mas não me chega a convicção do Senhor Presidente, quero ver o Governo envolvido, quero ver a participação do Município, quero ver esclarecido, qual é o sistema de mobilidade sustentável que temos pela frente porque nos interessa perceber também, qual é a conta que vamos deixar para as gerações vindouros, se é que há conta?

Acho que é uma matéria séria de mais para o Município de Coimbra, para os cidadãos de Coimbra, para virmos com mais um anúncio.

Eu, anúncios destes ao Doutor Manuel Machado, eu lembro-me de ver vários!”

### **Intervenção do Presidente da Câmara**

O Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer o deputado Nuno Freitas e fazer os seguintes anúncios:

“-Primeiro anúncio: Procurarei ser breve.

-Segundo anúncio: Mande retirar as pedras que o senhor deputado, enquanto vereador, mandou colocar na rotunda da Cidreira e Geria.

Se quer contas vamos a elas!

Aqueles inertes vão ser aproveitados e vão ser postos para proteger, em substituição dos *rails* metálicos que estão a vedar o Choupal, confinando com a Ponte Açude. Vai ficar bonito. Mande fazer. Não anúncio que faço!

O resto, informei a Assembleia Municipal que sobre o Metro Mondego, matéria que interessa a generalidade dos cidadãos de Coimbra que é minha firme convicção e, não fiz anúncio Sr. Deputado, sei que às vezes é um bocado artilosa a sua expressão, mas eu gosto de ser mais “terra à terra”. Porque, integro comissões e grupos de trabalho do Conselho de Concertação Territorial, etc, etc.. e estou informado e posso dizê-lo, sem usurpar funções de quem quer que seja, não gosto disso e portanto também não gosto que façam comigo, de informar a Assembleia Municipal que é minha firme convicção que o Metro Mondego vai ter dotação. nos programas operacionais da Estratégia 2020, no programa regional e em programas nacionais.

Portanto, não é anúncio.

E essa forma de comunicar, de tresler ou torcer, Sr. Deputado, o Senhor não é a primeira vez que pratica isso!

Vamos a contas!



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

O Dr. e Eng<sup>o</sup> Aidos não é programador cultural do Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco.

Ele é meu assessor contratado, segundo as regras da contratação pública, para ajudar a desvencilhar o novelo que lá está. E que inclui, obviamente, a assessoria ao Presidente da Câmara em áreas da especialidade que ele sabe mais do que eu, por isso é que promovi a sua contratação, que inclui a programação e outras actividades, porque de facto é um problema difícil de resolver, o mais depressa possível. E tem trabalhado abnegadamente.

Quando o senhor deputado á pouco referiu da programação extemporânea, digo-lhe que agora é mesmo altura de fazer a programação. Porque é necessário e é preciso fazer a programação com dois anos de antecedência. Eu tenho ouvido muitos especialistas que sabem da arte.

Já não lhe posso dizer o mesmo sobre a contratação da Margarida que foi contratada em condições nada equivalentes. E eu estou a ver se consigo resolver a questão de lhe mandar pagar, ela já tinha a programação do ano de 2014 do Convento de S. Francisco.

Se quer saber de outras ligações...Sr. Deputado, acho que não devemos ir por aí...

A programação que tenho ali da Margarida para 2014 não vai ser aplicada, agora tem de ser uma programação mais jurídica, carpintaria, electrotecnia, etc, etc, etc.

Pois bem! A contratação do João Aidos não é em nada parecida com a contratação da Margarida.

A questão da escola Silva Gaio

É matéria que não foi discutida na Câmara, portanto, dou o meu ponto de vista, a minha sensibilidade.

Na análise da intervenção no Estádio Universitário da reconversão, na análise custo/benefício para acolher na Escola Silva Gaio, a Faculdade de Educação Física e Desporto, havendo condições de acolhimento das crianças que utilizam aquele espaço, designadamente no liceu D. Duarte ou outros.

A minha opinião é aproveitar ali a Faculdade de Educação e Desporto com equipamento desportivo que já lá existe mas tem de ser renovado.”

### **Ponto 2 – Minuta do Contrato de Financiamento/Empréstimo com o IHRU/BEI sobre o Programa “Reabilitar para Arrendar”:**

O deputado José Reis usou da palavra para falar no conteúdo substantivo deste contrato, com duas questões importantes:

Promoção do arrendamento e a intervenção de regeneração urbana, designadamente numa área onde ela é obrigatória, como é a ARU (área de Reabilitação Urbana).

O deputado José Reis disse ainda que gostaria de saber mais sobre esta matéria especialmente qual é a estratégia de reabilitação urbana que está em curso e qual é em concreto o significado destas intervenções (13 mais 1 intervenção em edifícios).

Conhecendo a lista das intervenções gostaria de saber como foram escolhidos os edifícios, a qualidade de intervenção que vai ser feita.

O deputado Ferreira da Silva sobre este ponto disse que esta era mais uma das obras que vem do Executivo anterior mas quem vai fazer a reabilitação urbana para arrendar, é este Executivo e é este Executivo que vai pagar contraindo um empréstimo correspondente a 50% do valor da adjudicação e os outros 50% através das receitas próprias.

Moral da história: este Executivo tem comprometida a gestão dos compromissos do executivo anterior.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### ***Deliberação nº 44/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da alínea f) do número um, artigo vinte e cinco do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado dia quatro de agosto, e da Resolução número catorze de dois mil e onze do Tribunal de Contas alínea e) do número um, do artigo número dezanove e respectivos compromissos plurianuais de acordo com o “Plano Anual Previsional de Amortizações do Contrato de Financiamento”, aprovar a minuta do “Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito” e respectivos anexos, entre o Município de Coimbra e o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P.

A referida minuta do contrato e respectivos anexos, são parte integrante desta acta.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 3 – Ponte do Cabouco – Auto de vistoria e transferência para as Câmaras Municipais de Coimbra e Miranda do Corvo:**

#### **Intervenção Presidente de Junta de Ceira**

“Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara , Senhores vereadores, Senhores deputados

A minha intervenção surge na sequência das obras da A13 que atravessam toda a freguesia de Almalaguês e Ceira que se enquadram também pela construção e acessibilidade e decorre a construção da Ponte do Cabouco.

Temos tido uma luta constante com a concessionária e com a construtora, pois com a conclusão da via não foram, até agora, salvaguardados os interesses das freguesias e dos muitos particulares prejudicados por esta intervenção.

Temos as nossas vias secundárias completamente degradadas, todas as infraestruturas foram danificadas e com prejuízos irremediáveis que irão mais tarde, se nada fôr feito, sobrar para quem de direito e com custos ao erário público, enquanto as grandes empresas envolvidas ficam a olhar para o lado.

Quando tomámos posse, foi nossa preocupação saber se havia algum compromisso escrito que vinculasse os construtores, mas infelizmente não encontramos nada que pudessemos dar seguimento.

Informaram-nos os antecessores da Junta de Freguesia que tudo o que existia, eram compromissos verbais.

Já durante o nosso mandato em conjunto com técnicos da Câmara efectuámos vistorias.

Até agora, não obtivemos algum resultado prático.

Na freguesia, há claramente pessoas afectadas quer do ponto de vista da obra quer do ponto de vista psíquico, estando mesmo em desespero por ausência de soluções.”

#### **Intervenção do deputado Horário Santiago**

“Boa tarde a todos

Queria apenas referir que infelizmente o encaminhamento ou o não encaminhamento das águas pluviais tem prejudicado muito os particulares.

E referir também que a Estrada do Senhor da Serra continua vedado ao trânsito. Diria até que esta estrada é emblemática para as gentes daquela região.

Um erro grosseiro de projecto, criou ali uma bolsa de água que coloca em perigo algumas das aldeias próximas.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Quanto à Ponte do Cabouco, tenho de enaltecer a intervenção do Sr. Presidente da Câmara, no sentido da sua rápida colocação à disposição da população, porque já há demasiado tempo que, estava emperrada.

Chamo a atenção para que na Ponte do Cabouco não se pode cortar à direita o que implica dar uma volta de mais de 3 ou 4 Km.

Quanto à questão do Metro Mondego, queria regozijar-me pelo anúncio que foi feito sobre o Metro Mondego, importante e prioritário para Coimbra e Região.

Dizer também que já era há demasiado tempo que não ouvíamos uma palavra de ânimo a este respeito.

Também nos lembramos daqueles cartazes, aqui à porta da Câmara a dizer “por aqui passou o Metro”

Acredito no Dr. Manuel Machado, e espero que seja uma realidade.”

Terminadas as intervenções sobre este assunto, foi o mesmo colocado à votação.

### ***Deliberação n.º 45/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal datada de 1 de Setembro de 2014, deliberou por unanimidade, ratificar a assinatura, em 14/08/2014, do Auto de Vistoria e Transferência para as Câmaras Municipais de Coimbra e Miranda do Corvo da Ponte do Cabouco, que teve como signatários o Eng.º Rui Manteigas (representante da EP – Estradas de Portugal, SA), Eng.º Rogério Mota (representante da ASCENDI Pinhal Interior), Dr. Manuel Augusto Soares Machado (representante da Câmara Municipal de Coimbra) e Prof. Doutor António Miguel Costa Baptista (representante da Câmara Municipal de Miranda do Corvo).

### **Ponto 4 - Aquisição do prédio urbano sito na rua Ferreira Borges, n.ºs 18 a 24, e Praça do Comércio, n.ºs 65 e 67, em Coimbra:**

#### **Intervenção do deputado Nuno Freitas**

“Queria explicitar duas observações de pormenor.

Em primeiro parece haver alguma saúde financeira quer da Câmara Municipal quer das Águas de Coimbra EM, para consecutivamente comprar edifícios.

A segunda, dado que, é para serviços municipais, entendemos o motivo. Sob o ponto de vista de negócio, parece que é bom, portanto abaixo do preço de mercado.

A nossa pergunta é: -quando tivemos aqui o assunto das Repúblicas, não se poderia aplicar nas repúblicas em vez dos serviços camarários, para as duas que estão à venda ou para as juntas de freguesia atendendo que houve uma diminuição de verbas?”

#### **Intervenção do Presidente da Câmara**

“Esta proposta é de pedido de autorização à Assembleia Municipal para a Câmara adquirir este imóvel.

Este processo abre com o exercício de direito de opção. Primeiro tem o Estado através da área da Cultura, depois tem a Câmara Municipal e assim sucessivamente e depois os inquilinos.

E é nesse direito de opção que nós temos de intervir, porque depois de estar carregado na plataforma a intenção de venda, temos 10 dias para decidir.

Qual é o interesse e o destino deste edifício? É para instalar serviços municipais que, por um lado tem sectores instalados em deficientes instalações e tem prédios arrendados.

A estratégia que adoptamos foi que, sempre que oportuno e adequado e a preço razoável a Câmara exerce o direito de opção.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Acrescidamente por ser na área do Centro Histórico e de património classificado. Estrategicamente os serviços da Câmara Municipal devem manter-se nesta área central da Cidade, porque é uma das formas de dar vida.

A questão das Repúblicas, nesta oportunidade e tomem isto como um anúncio. No debate e análise à lei do arrendamento urbano, espera-se que seja aceite uma clausula que permita que edifícios arrendados para fins específicos e relevantes e de interesse público municipal, expressamente reconhecido, vulgo Repúblicas, haver uma protecção legal em termos da renda e transmissão de direito de propriedade.

Assim seja aprovado o projecto-lei. Na mesa das negociações foi isso que foi acordado. A etapa próxima será com os serviços próprios da Universidade, cadastrar as repúblicas.”

### ***Deliberação nº 46/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia Municipal, nos termos da alínea i) do nº1 do artigo 25º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, deliberou com 30 votos a favor e 14 abstenções, autorizar a Câmara Municipal a exercer o direito de preferência na aquisição do prédio urbano sito na Rua Ferreira Borges, nºs 18 a 24 e Praça do Comércio, nºs 65 e 67, artigo matricial nº 28 da União das Freguesias de Coimbra, pelo valor de 585.000,00€.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 5 – IParque – Parque de Inovação em Ciência, Tecnologia, Saúde, S.A.- alienação de acções:**

#### **Intervenção da deputada municipal Catarina Martins:**

“Boa tarde a todas e a todos.

A minha intervenção, em nome do Movimento dos Cidadãos Por Coimbra, não vai dirigir-se em concreto, ao ponto que nos trás aqui, que é uma situação de contornos, algo rocambolescos e surreais.

Uma decisão de 2008 em que não foi concretizada a transacção de acções, mas teve consequências nos direitos societários.

Portanto, não há encaixe de dinheiro, mas há registo de venda na conservatória.

O que nos importa é que já motivou uma intervenção nossa, aqui, na Assembleia de 18 de Março de 2014, é, o que vai acontecer ao IParque?

Manifestámos a nossa preocupação nessa altura, devido, ao que o IParque representou como investimento avultadíssimo e, como aposta central, numa estratégia de desenvolvimentos para o Município.

Manifestámos a nossa preocupação, devido à questão dos fundos europeus que estão em causa e, sobretudo, queremos saber, porque a decisão tem que aparecer rapidamente, qual é a solução que a Câmara tem para o IParque, face à Lei 50/2012 relativa às Empresas Municipais e, há necessidade de alteração da estrutura accionista.

Sabemos que no dia próximo 14, salvo erro, haverá uma reunião da Sociedade Coimbra Inovação Parque que terá como objecto o Plano de Actividades e o Orçamento para 2015.

Será que é nessa reunião que se vai saber a solução?

Se é, estamos a 14 dias ou 15 dias, o Senhor Presidente, certamente, que já terá alguma informação a dar a esta Assembleia nesse sentido e, é importante que o faça.”

#### **Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS):**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“A situação que ocorre do ponto da ordem de trabalhos que estamos a discutir e a votar é para nós socialistas, um ponto de enorme preocupação.

Preocupação, não apenas de hoje, mas preocupação já manifestada nas declarações de voto, quer em sede do executivo camarário, era então o Partido Socialista oposição, pela voz do então do Senhor Vereador Carlos Cidade, estou a referir-me ao teor das actas, posteriormente também preocupações, enormes preocupações, manifestadas nesta Assembleia aquando da aprovação da adaptação dos Estatutos do IParque, ou da Sociedade IParque, adaptação efectuada, com já aqui foi dito, por força da lei vigente que então, entrou em vigor.

E, o que eu aqui acabo hoje de verificar foi que não foi possível obter informação, pese embora, repetidamente tenha sido solicitada, aquando da aprovação, ou da adaptação do IParque.

O que eu verifico hoje aqui, é que foram exercidos, em assembleia geral, direitos societários por outrem, com o dinheiro do Município.

Ou seja, a partir pelo menos de 29 de Setembro de 2008, até hoje, estão a ser exercidos direitos societários que a própria Câmara Municipal na defesa do interesse público, os poderia exercer e não são exercidos porque o detentor dessas acções passaram para terceiros, para as entidades públicas e privadas aqui referidos, sem que a Câmara tenha recebido a respectiva contrapartida.

Quero dizer que, por exemplo, na reunião de Câmara de 17 de Dezembro de 2012, o Senhor Vereador Carlos Cidade interpelando o executivo quando estava a discutir os estatutos, entre variadíssimas questões sobre o conteúdo dos estatutos, teve a ocasião de dizer apenas isto: “... quanto à questão do capital social disse, não compreender o facto de no artigo 6º não ficarem identificados, como estavam, os accionistas e o respectivo capital social”.

De facto, nos estatutos do IParque que foram alterados pela Assembleia Municipal, aprovados pela Câmara, com a deficiente informação que aqui foi fornecida, a esta Assembleia, o seu artigo 5º - Capital Social - e, a sua recomendação, nº 1, o capital social, à data da constituição da sociedade, é de 2 milhões, tal, tal, igual a hoje. O capital social encontra-se subscrito da seguinte forma: Câmara Municipal - 443.056 acções pelo Município de Coimbra.

Hoje, lê-se na informação que tem muito mais!

Tem, salvo erro, 490.000 e qualquer coisa.

Não sei como é que o Município adquiriu acções, desde a sua criação, até à data da aprovação dos estatutos. Porque essa informação, não foi trazida, pese embora, tenha sido suscitada.

O mesmo se diga, também, relativamente à Universidade de Coimbra que à data da constituição tinha 9.390 acções e hoje, vimos aqui, por este documento e, pela deliberação da assembleia geral do IParque que foi cedido estas 9.390 acções, não sei se são as iniciais se são outras, adquiridas posteriormente e, as discrepâncias aparecem também, nas demais, para não estar a confundir.

O certo é que os estatutos que nos vieram a ser trazidos, o artigo, retiraram a identificação dos seus accionistas, para apenas dizer que o capital social da sociedade, integralmente subscrito e realizado era de 2. 600 milhões, etc., etc.

A deliberação da Câmara, veio a ser revogada, a primeira, sobre deliberação, em face da intervenção do então, vereador socialista Carlos Cidade, veio a ser revogada, no ano seguinte, em 18 de Fevereiro de 2013 e, substituída por uma outra que foi aquela que acabou por ser presente, nesta Assembleia Municipal.

Nessa Assembleia Municipal que aprovou os estatutos, os deputados do Partido Socialistas, tiveram a novamente a ocasião de chamar à atenção quem eram, na realidade os accionistas e, a realização do capital e, em que termos é que eram exercidos os direitos societários.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

É que os estatutos que tinham vindo aqui a ser aprovados a esta Assembleia Municipal, não passaram previamente, pela assembleia do IParque. Vieram directamente aqui!

Portanto, nós não sabíamos nada ao certo.

Tivemos a ocasião também de chamar à atenção, nesta Assembleia que nos mantinham na ignorância, mas quisemos chamar à atenção, em muito particular e eu vou ler uma parte da “Declaração do Voto” que então foi feita e, que dizia assim: “...e, aos nossos parceiros societários, aos demais sócios, importa dar-lhes a conhecer, porque nada se diz na proposta dos estatutos, o que na referida lei aprovada pela maioria PSD/CDS se estabelece sobre o equilíbrio das contas – é o artigo 40 – preceito que se reproduz. É obrigatória, a realização de uma transferência financeira, a cargo dos sócios, na proporção da respectiva participação social, com vista, a equilibrar os resultados do exercício em causa” e outras dúvidas que agora não vou suscitar, mas o que é “mister”, o que é necessário, é que nós conhecemos verdadeiramente hoje, qual é a verdadeira estrutura societária. Quem detêm o capital. Quem e como é a sua evolução. Porque já vimos que a Câmara de 2003, salvo erro, a data da constituição até 2008, parece que adquiriu acções, pelo menos passa a ter, mais 50 mil e depois, há acções na posse de outrem que não foram pagas, mas isso, terão exercido os direitos societários e por isso, parece-me que se trona necessário que esta Assembleia, no uso dos seus poderes de fiscalização, encontre aqui, uma comissão de verificação e acompanhamento, para verificação de evolução da estrutura societária, desde a data da sua criação até ao presente momento.

Não sei se é este o momento próprio para a constituição dessa comissão, mas penso que efectivamente, se não for hoje, na próxima Assembleia será.

Deixo isto à consideração da Assembleia e também, ao Senhor Presidente da Câmara, porque o IParque é, e sempre foi, para o Partido Socialista, uma questão essencial, pelo emprego que pode gerar para a nossa cidade.

O Senhor Presidente da Câmara já teve ocasião de aqui nos dizer que há empresas que pagam rendas e há outras que não pagam.”

### ***Deliberação nº 47/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 15 de Setembro de 2014, aprovar a deliberação da Câmara Municipal de Coimbra nº 5688/2008, de 28 de julho, com o objetivo de ultimar o processo de alienação das ações do Município à Critical Software, S.A., ISA-Intelligent Sensing Anywhere, S.A. e Universidade de Coimbra.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 6 – Prémio de Jornalismo Adriano Lucas 2014 – alteração ao regulamento:**

#### ***Deliberação nº 48/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada de 1 de Setembro de 2014, aprovar as alterações ao Regulamento Prémio de Jornalismo Adriano Lucas 2014, as quais dada a sua extensão ficam apenas à presente acta fazendo parte integrante da mesma

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 7 – Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto:**

#### **Intervenção do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

“Senhor Presidente, fazia a proposta, se porventura não visse inconveniente de fazer a abordagem, dos pontos 7, 8 e 9, visto que dizem respeito, mesmo o Ponto 9, às mesmas matérias de uma forma integrada e assim, poupar-vos a todos de uma maçada maior

A bancada da CDU registou com agrado terem sido presentes a esta Assembleia, um conjunto de documentos que procuram regular e enquadrar a actividade desportiva no âmbito da utilização dos espaços municipais e dos apoios a conceder pela autarquia para essa mesma actividade desportiva.

Tomou-se em devida nota a preocupação em ouvir clubes e associações e a procura do contributo crítico de mais de uma centena de clubes.

Regista-se, não ter sido presente um relatório que sustente quais os contributos e de que forma foram estes acolhidos.

Até porque, esta seria uma forma de perceber qual a margem que a Autarquia se reserva na definição de prioridades nesta área, naquilo que concerne às suas competências, nomeadamente na manutenção e criação de espaços, no desenvolvimento de actividades desportivas novas, já que ao que parece, optou por deixar quase todo o planeamento e execução, nas mãos das entidades associativas que, pelos vistos e de acordo com os documentos aqui presentes, se alhearam das propostas camarárias, já que tanto quanto se sabe, só duas fizeram propostas de alteração, no cheio da audição pública.

Culpa destas ou falta de confiança no que é proposto? O tempo o dirá!

O apoio ao desporto, tal como nos é trazido, esgota-se na actividade associativa, sem que a Autarquia se comprometa com iniciativa própria.

Aguardamos pelo Plano de Actividades para sermos desmentidos.

Se formos!

Registamos da mesma forma, os regulamentos de utilização das instalações desportivas.

Mais uma vez consideramos ser um passo positivo e trazendo alguma transparência pública, sobre esta matéria.

Mas registamos com o devido destaque a omissão no que respeita à utilização e gestão do Estádio Cidade de Coimbra, sendo que este equipamento desportivo merece uma análise detalhada por parte desta Assembleia Municipal.

Qual a relação custo/benefício que se obtém da cedência ao futebol profissional.

Quais os custos reais suportados pela Autarquia? Estarão a ser cumpridas estas contrapartidas?

Hoje era o dia para que fosse presente o balanço que se impõe!

Tanto mais que o preço da prática desportiva generalizada é cada vez mais elevado.

Registámos por último que a alteração de taxas não altera os seus montantes.

Tudo bem!

No entanto, está na hora de ser rediscutido, o custo efectivo dos equipamentos e a sua correspondência nas taxas cobradas.

A nossa própria auscultação permite-nos afirmar, sem receio, que os custos da utilização dos equipamentos estão demasiados elevados seja para os clubes e, directa ou indirectamente para as famílias.

Estamos convencidos existirem condições para atenuar os custos suportados pelos munícipes, nesta área.

Aguardamos, nesta matéria a iniciativa do executivo, porque, mais uma vez dizemo-lo, estando e registando com agrado, serem aqui presentes um conjunto de instrumentos de regulação, de utilização de equipamentos de apoios desportivos por parte da Câmara, é certo que se mantem



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

omissa, uma planificação da actividade desportiva e uma opção de como incentivar e incrementar a actividade desportiva.

Por esta razão e, exclusivamente por esta razão, pela falta de omissão de algo que densifique a mera regulamentação administrativa, vamo-nos abster nestas 3 propostas.”

### **Intervenção do deputado municipal Nuno Freitas (PPD/PSD/PPM/MPT):**

“Uma intervenção muito breve.

Compreendemos as razões agora mesmo esplanadas pelo Pinto Ângelo, com as quais partilhamos num conjunto importante.

Queremos também, saudar o Executivo pela auscultação que fez das várias entidades. Claro que há elementos pontuais que poderiam ser sempre melhorados. Sei que isso também teve o contributo dos Vereadores, das várias forças políticas, sei que houve um processo de auscultação importante e, sinceramente, pensamos, que é muito mais importante que haja um regulamento que tenha evidentemente, uma base sustentação e substantiva importante do que só o poder mais discricionário, de atribuir apoios pontuais e casuísticos e julgamos que vai no bom sentido.

Queríamos chamar só unicamente, à atenção para a questão do desporto adaptado, do desporto paraolímpico.

Há uma majoração quando há presença em campeonatos olímpicos, mas não há uma referência aos paraolímpicos, nem ao desporto adaptado.

Penso que é um sector da actividade desportiva, muito específica.

Eles, de algum modo, podiam entender que os atletas presentes em jogos olímpicos, não representam exactamente os jogos paraolímpicos. E no fundo aqui era estendermos designação, para os jogos olímpicos e paraolímpicos, por que acho que no entendimento de todos nós, as provas são exactamente equivalentes e não queria que isso motivasse uma exclusão.

De facto há uma componente importante de desporto adaptado e de deficientes a praticarem várias modalidades. Aparece até o incentivo ao alto rendimento, etc.. Talvez merecesse um incentivo, porque há ali questões muito específicas nesta matéria mas aí sim, já entraríamos em sede de regulamento, a tentar incorporar um novo artigo e deixamos isso, ao Vereador Carlos Cidade e ao Executivo, para que possa ser uma matéria que na prática é bem vista.

Nós, o único ponto que quisemos aqui trazer com a nossa proposta, sobre a hidroginástica, nas Piscinas Municipais é que há juntas de freguesia que têm programas próprios para a população sénior! Já existem! Existem há vários anos e que pagam!

Têm que pagar as taxas por esses utilizadores.

O que nós vimos pedir, é uma recomendação da Assembleia Municipal e portanto, pedia ao Senhor Presidente eventualmente, no Ponto 9, ... é evidente que nós não podemos vincular o Executivo, mas já que há uma actualização das taxas e que há esta questão do desporto sénior, promovido pelas juntas, ... nem sequer estou a falar dos clubes, que provavelmente nos clubes, não é gratuito, ... agora, as juntas não cobram nada aos seus cidadãos, aos seus utentes. Proporcionam um serviço gratuito, mas a Câmara pedem-lhes que paguem as horas de utilização da piscina. O único dado era que pelo menos, para a população sénior que isso, essas aulas de hidroginástica fossem sem encargos para as juntas de freguesia, eventualmente, iniciativas da Câmara Municipal de Coimbra e do Departamento do Desporto.

Nesse sentido, pedimos a todos os grupos que leiam que a proposta é muito simples e que se concordarem possamos pelo menos, fazer essa recomendação ao Executivo:



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **PROPOSTA PARA A ISENÇÃO DE TAXAS NAS PISCINAS MUNICIPAIS DAS JUNTAS DE FREGUESIA**

Coimbra foi recentemente distinguida como referência europeia no tocante ao envelhecimento activo e saudável. Neste sentido, importa reforçar o conjunto de políticas públicas que permitam actividades físicas regulares, nomeadamente nas instalações e equipamentos desportivos municipais, destinadas à população sénior do Concelho.

Assim, conhecedores das iniciativas de carácter desportivo para os cidadãos maiores de 65 anos de idade que diversas Juntas de Freguesia promovem nas piscinas municipais, designadamente hidroginástica, a Assembleia Municipal de Coimbra recomenda:

*A isenção das taxas municipais nas actividades de hidroginástica realizadas por iniciativa das Juntas de Freguesia nas piscinas municipais e destinadas à população sénior de Coimbra (maiores de 65 anos de idade);*

*A realização de programas anuais conjuntos entre o Departamento de Desporto e as Juntas de Freguesia dirigidos à população sénior do Concelho, nas instalações e equipamentos desportivos do Município, sem encargos para as Juntas de Freguesia.”*

#### **Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS):**

“Relativamente a este ponto, como se sabe, o regulamento para a área do desporto que existia em 2003 criava um longo período de tempo, no que toca à sua revisão.

Aliás, penso que deveria ter sido feito a partir de 2005

Parece óbvio então, que perante um período de tempo tão longo, sem que tivesse havido uma revisão objectiva e consequente tal viesse a provocar de forma cumulativa, alguns constrangimentos, injustiças e desigualdades de tratamentos e atendimento. Já que, em mais de 10 anos, muita coisa muda, muita coisa mudou. E até porque a própria legislação em si, acabou por mudar. Neste modo o carácter previsional que se exigia e exige, a um documento desta natureza ao nível das políticas desportivas e, ao nível da política desportiva municipal, mais concretamente, para com os agentes desportivos, deveria fazer parte das preocupações e estar sempre presente para quem exercer o pelouro nesta área. Isto de modo, a manter em permanência a abrangência que se exige perante os principais actores desportivos. Isso de forma gradual, acabou por começou a entrar num certo “desleixo” com o decorrer dos anos

Este novo regulamento que para além dos seus aspectos técnicos, informa também, uma posição, claramente política e de políticas, procurando através das metodologias encontradas, introduzir maior objectividade, transparência, celeridade e equidade para com os agentes desportivos, bem como, permitir a planificação atempada na preparação das épocas desportivas, o que por si só já é um ganho também, evitando assim repetir e a título de exemplo, o que acontecia anteriormente onde apoios que deviam ter sido liquidados em 2012/2013, o fossem apenas neste ano de 2014, criando desta forma grandes constrangimentos aos dirigente e aos agentes desportivos.

Trata-se por isso de melhorar a prática e dignificar o desporto.

Salientar também, que este regulamento, trás ainda, uma maior abrangência no que concerne aos apoios contrariamente ao que existia que apenas objectivava a formação e o fomento.

Recordar também que esta proposta resulta e vai ao encontro de uma nova estratégia. Uma nova revisão para o desporto passando a fazer parte do Plano Director Municipal, dando assim, maior reconhecimento e relevância a uma área que dá, sem sombra de dúvida valor acrescentado ao Município e é estratégica para o desenvolvimento da Cidade.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Porque não estando inicialmente prevista a sua inclusão no processo do PDM, queremos deixar aqui um louvor, porque é justo, ao Vereador Carlos Cidade, pela sua proposta, no sentido de relevar o papel que a área do desporto merece e por direito próprio.

Também, porque fomos acompanhando o processo, porque é essa a nossa obrigação, enquanto deputados municipais, este regulamento, que teve normal período de consulta pública, resulta pois, de inúmeras reuniões com os agentes desportivos, procurando assim, encontrar uma base mais ampla e sustentada sobre as necessidades reais do sector, ouvindo as partes interessadas e tentando ir ao encontro dos seus anseios.

Em suma, Senhoras e Senhores Deputados, trata-se de um regulamento que procura construir uma estratégia para a cidade ao nível do desporto, onde os seus principais actores foram ouvidos, o que é importante, e tiveram participação activa, resultando num documento melhorado que entendemos ser uma mais-valia para o desporto municipal e obviamente, para Coimbra.”

### **Intervenção da deputada municipal Catarina Martins (CPC):**

“O Grupo Municipal dos Cidadãos por Coimbra considera absolutamente necessário, para as diferentes áreas em que a Câmara Municipal intervém através da concessão de subsídios e apoios — como o desporto e a cultura, entre outros — a clarificação dos objectivos desta intervenção, dentro de um plano estratégico para o sector em causa.

É também indispensável a definição rigorosa dos critérios de atribuição destes apoios, que impeça uma acção discricionária e arbitrária por parte da Câmara, e que torne claros os direitos e deveres dos beneficiários, premiando a qualidade acção dos mesmos no quadro do plano estratégico previamente definido.

Ora, justamente, não se conhece um plano de desenvolvimento desportivo para o concelho que permita interpretar com rigor e avaliar a pertinência da formulação vaga de objectivos deste regulamento.

Precisamos de saber de que falamos em concreto quando mencionamos "*prática do desporto pelos cidadãos*", ou "*formação desportiva desde a idade pré-escolar*".

Para além disso, o documento não alcança o rigor exigível na descrição daquilo a que no art.2º alínea f), se designa de, cito: "*sistema de apoios diversificados e progressivos à prática desportiva, em função de critérios objectivos e de mérito*", fim de citação.

Ou seja, falta a caracterização detalhada deste sistema e dos critérios concretos de avaliação de mérito, os quais só podem ser aferidos em relação ao plano estratégico que, como dissemos, não precede este regulamento.

Assim, verifica-se que, nas entrelinhas do documento, persiste a possibilidade de discricionariade na atribuição de subsídios camarários, a possibilidade de premiar sempre os mesmos ou os amigos e de utilizar dinheiros públicos para actividades paralelas à prática desportiva em concreto, como eventos de natureza comercial, apoio a claques, ou iniciativas do género.

Para além disso, a aplicação dos critérios previstos vem reproduzir o "*status quo*", dado que premeia o número de praticantes e a qualidade do enquadramento técnico, isto é, apoia as organizações que são neste momento mais fortes e estruturadas.

Isto não é em si mesmo negativo mas há outros vectores em que a Câmara deve agir, no sentido do desenvolvimento do desporto, através da diversificação da intervenção, em termos de modalidades, população e territórios abrangidos, e objectivos das entidades desportivas em causa.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Não se discerne ainda como é que a política desportiva camarária poderá articular-se com outros sectores aos quais deveria associar-se numa perspectiva de desenvolvimento para a cidade, como o sector do turismo, da educação, da valorização ambiental e até da cultura.

Mais uma vez, este facto decorre da ausência de um plano estratégico e de uma política de navegação à vista que ficará muito aquém do necessário para o Município.”

**O Senhor Presidente da Assembleia** disse que o Senhor Presidente da Câmara informou que tinha delegado no Senhor Vereador do Desporto, qualquer esclarecimento que ele entendesse ser necessário depois desta discussão.

### **Intervenção do Vereador Carlos Cidade (PS):**

“Senhor Presidente, Cara Mesa, Caros Colegas Vereadores, Senhores Deputados  
Antes de mais, agradecer ao Pinto Ângelo, ao Nuno Freitas, ao Mário Carvalho e à Catarina Martins as suas intervenções e naturalmente, ao Senhor Presidente da Câmara por me dar a palavra na defesa destas propostas.

E, começaria pelo fim.

Estou inteiramente de acordo com aquilo que acabou de dizer a Catarina Martins.

Mas também pedia que, quando se aprovam os documentos, nomeadamente, um Plano Director Municipal que as pessoas olhem para aquilo que está a ser aprovado, dado que, felizmente, ainda se foi a tempo, e eu sou insuspeito, relativamente o Plano Director Municipal porque, tenho uma opinião muito crítica relativamente a este Plano Municipal que foi aprovado, mas há o factor positivo de apesar de tudo, termos introduzido, como vector estratégico, no Plano Director Municipal, o desporto.

E, uma das medidas imediatas para não fazer a “*navegação à vista*”, estou de acordo, que era o que vinha sendo feito, de que, a primeira medida a concretizar do Plano Director Municipal é o Plano Estratégico Desportivo. E essa é, uma tarefa que nos vai caber nos próximos tempos.

Agora, não podemos é, deixar de exercer as nossas competências e atribuições que estão previstas na constituição e na lei, para apoiar a actividade desportiva e nomeadamente, os agentes desportivos. E aqui separo e agradeço, o Pinto Ângelo ter feito essa referência também, separo, porque isto é, um Regulamento Municipal de apoio aos agentes desportivos. Não é um Regulamento que não define as regras da actividade da Câmara, ou, das propostas da Câmara, relativamente ao desporto. Isso é de facto é discussão nas Grandes Opções do Plano, no Planeamento a aprovar pela Câmara e pela Assembleia Municipal portanto, especificamente virado para aí.

O facto que nos levou como uma necessidade a apresentar esta proposta, é que, de facto, as regras apesar de existirem, umas já não tinham razão de ser, quer do ponto de vista da aplicação da lei, quer do ponto de vista prático, porque, apesar de tudo, até 2001 houve um regulamento, em 2002, houve um regulamento também, só que depois esqueceram-se de ir adaptando o regulamento durante, pelo menos, 2005 até agora, ir adaptando o regulamento às alterações que se foram produzindo às necessidades que se íam colocando e depois aconteceu o que todos sabemos.

Isto, é para responder também, à Catarina.

É que isto não é para os amigos. Para os amigos, foi até há pouco tempo!

Porque, eu sei muito bem o que é que aconteceu, aliás, foi curioso ver os processos relativamente ao desporto, em massa que estavam de lado, com propostas de decisão e todos percebemos de facto o que é que estava em causa.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

De facto isto é o contrário disso!

Há dois princípios essenciais que é, o da transparência e o da equidade. Todos os agentes sabem as regras com que se podem candidatar e todos, vão saber antecipadamente, e isto, é outro problema deste regulamento que, o objectivo, ... e isso, nunca foi conseguido até agora, ... é de que as entidades, os clubes e as associações, saibam, pelo menos, antes do início da época desportiva começar, pelo menos, com o que contam, para também fazerem contas à vida, para também planearem, planificarem a sua actividade.

E esse é um objectivo!

Já aqui foi referido, que este Executivo liquidou o regulamento desportivo da época 2012/2013 agora, há 1 mês ou 2 meses. Não tem razão de ser, não tem lógica.

Se Assembleia Municipal aprovar hoje este regulamento, nós comprometemo-nos com os clubes a abrir logo a candidatura para a época de 2013/2014, que acabou.

O que nós pretendemos é que na próxima época tudo isto esteja decidido.

Por isso creio que, as questões que se colocam aqui são acima de tudo transparência de regras bem claras. E é evidente, que pode não estar perfeito.

Pode não estar!

A experiência nos vai dizendo se corre bem, se corre mal.

Depois, uma questão que foi abordado na discussão deste regulamento.

A questão dos paraolímpicos!

Optámos, face à diversidade dos apoios que aqui se colocam, relativamente aos paraolímpicos, as questões são muito específicas e neste momento, está em cima da mesa, a possibilidade de haver um protocolo entre a Câmara Municipal de Coimbra e a Federação Portuguesa do Desporto Paraolímpico, no sentido de regular a actividade deste desporto e federado.

Foi uma opção, dado que, também não há um grande número de iniciativas.

São iniciativas pontuais. Utilizações pontuais!

A Câmara, por via da sua iniciativa, tem também protocolos com entidades que trabalham nesta área e que já estão a utilizar os espaços desportivos municipais, portanto, quisemos separar claramente, face à dimensão que esta componente do desporto tem, da federada mas, como disse, estamos a trabalhar com a Federação Paraolímpica, nesse sentido.

Depois, relativamente aos custos e ao contrário daquilo que o Pinto Ângelo, ... eu, se calhar, era capaz de ter essa noção anteriormente, mas não é verdade!

Hoje, sem dúvida, temos equipamentos desportivos de qualidade, a atractividade, é clara e é evidente, agora, os custos, são significativos.

Mesmo que tivéssemos, por exemplo, a utilizar. O complexo Olímpico de Piscinas, a utilizar todas as pistas, 24 horas por dia, permanentemente e, a pagar, com o valor das taxas que temos, nunca daria para colmatar os custos que uma infra-estrutura daquele tipo tem.

Mas também já pensámos nisso e vamos ter que o discutir, daqui a 1 ou 2 meses nas às Grandes Opções do Plano. Porque, é possível que os fundos comunitários nos possa ajudar, é possível relativamente a este tipo de equipamentos, diminuir custos.

É esse esforço que vai ser feito!

Porque isso de facto é uma realidade com que nos confrontamos permanentemente e é, de difícil sustentabilidade!

Relativamente à Tabela de Taxas.

A Tabela de Taxas não tem nenhuma alteração relativamente, aos preços.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

A Tabela de Taxas tem a ver, única e simplesmente, com a razão da abertura da Piscina de Celas, cujo regulamento, não previa, assim como, do Campo Municipal da Arregaça que estava fora do Regulamento de Taxas.

O facto, é que nós abrimos as Piscinas de Celas no dia 4 de Julho, elas têm estado a trabalhar regularmente, e de forma gratuita para todos os cidadãos de Coimbra querem utilizar aquelas piscinas.

Naturalmente, as pessoas sabem que, mais dia, menos dia, esta questão terá que ser ultrapassada e é evidente, só será ultrapassada depois de aprovada hoje, na Assembleia Municipal.

Mas queria vos dizer também o seguinte:

Relativamente ainda aos custos.

Há muitas isenções de taxas, há muito contributo em milhares e milhares de euros, por via da utilização dos equipamentos desportivos que, a Câmara está disponível a assegurar. Mas, há uma componente que os clubes e... ao longo dos anos, não é de agora, ...liquidam, ou pagam pela sua utilização nomeadamente, na área da aprendizagem, até porque, a área da aprendizagem, é aquela que dá maior rendimento dá aos próprios clubes.

Mais, hoje já não será tanto assim, mas nalguns casos e, há uns anos atrás, a aprendizagem era a sustentabilidade da competição.

Eu fiquei a saber nestes poucos meses que aqui ando com esta função que até vencimentos se chegaram a pagar a atletas!

Portanto, o facto, é que lamentavelmente, e só de termos tomar conta desta pasta, verificámos as centenas de milhares de euros em dívida para com a Câmara Municipal.

Felizmente que o esforço tem sido no sentido de com os clubes encontrar solução de, liquidação de dívida ou de, chegar a um acordo de regularização de dívida e, tem sido possível. Tem havido compreensão e disponibilidade dos clubes para o fazer.

Assim como relativamente a autarquias.

E, não é de agora! É do anterior executivo!

E o esforço tem sido nesse sentido e, tem havido compreensão e reconhecimento, por parte dos clubes, relativamente à liquidação dessas dívidas.

Creio que às vezes, a disponibilidade é total mas, a responsabilização, também tem que ser recíproca, relativamente, à utilização do equipamento colectivo que todos pagam e não só, aqueles que usufruem desses espaços.

Creio que as regras também relativamente aos regulamentos das instalações desportivas têm muito a ver com isso.

Este, é uma *“pedra no castelo que se vai construir”*, que terá muito mais do que isso e que de facto, Coimbra hoje merece que, se defina com os equipamentos que tem, com a dimensão que tem, com as características desportivas que tem, com a atractividade que de facto, definirmos, definitivamente do ponto de vista de estratégico, uma política desportiva para o Município de Coimbra que, não é uma política para o Município de Coimbra, vai muito para além do Município de Coimbra.”

Encerrado o debate, foi o assunto colocado à votação.

### ***Deliberação n.º 49/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria com 36 votos a favor e 7 abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 21 de Julho de 2014, nos termos do n.º1, alínea b), do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar o Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Este regulamento dada a sua extensão, fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

### **Ponto 8 – Regulamentos das Instalações Desportivas Municipais:**

#### ***Deliberação n.º 50/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia deliberou, por maioria com 36 votos a favor e 7 abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada de 4 de Agosto de 2014, e nos termos do n.º1, alínea b), do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, aprovar os seguintes regulamentos:

- **Pavilhão Municipal Multidesportos Dr. Mário Mexia;**
- **Estádio Municipal de Taveiro “Sérgio Conceição” - Taveiro;**
- **Piscinas Municipais Luís Lopes da Conceição;**
- **Piscinas Municipais Rui Abreu;**
- **Centro Olímpico das Piscinas Municipais;**
- **Piscina Municipal de Celas;**
- **Campo Municipal da Arregaça.**

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Estes regulamentos, dada a sua extensão, ficam apensos à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

### **Ponto 9 – Regulamento e Tabela de Taxas e Preços Municipais – proposta de alteração:**

#### ***Deliberação n.º 51/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia Municipal, deliberou, por maioria com 36 votos a favor e 7 abstenções e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado 15 de Setembro de 2014, aprovar as alterações ao Regulamento e Tabela de Taxas e Preços Municipais.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este documento, dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

Neste momento o Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a recomendação apresentada à Mesa em devido tempo, pela coligação PPD/PSD/PPM/MPT, sobre isenção das taxas municipais nas actividades de hidroginástica realizadas por iniciativa das Juntas de Freguesia ou, em programas anuais conjuntos entre o Departamento de Desporto e as Juntas de Freguesia”

#### ***Deliberação n.º 52/2014 (30/09/2014)***

A referida recomendação foi aprovada por maioria com 36 votos a favor e 7 abstenções.

#### **Declaração voto do deputado municipal Pinto Ângelo (CDU):**

“É evidente que estas propostas casuísticas para a isenção de taxas, podem ficar bem, em termos de propaganda político-partidária, mas não fazem sentido nenhum serem discutidas e votadas, por serem simpáticas.

Têm que ser vistas de uma forma integradas, porque, eu podia fazer aqui um a listagem de 200 isenções, diferenciadas de taxas, todas elas simpáticas, todas elas extraordinariamente, aceite bem por todos, porque não teriam vergonha para as rejeitar mas penso eu, que uma proposta desta, para ser seriamente discutida e debatida, tem que ser feita de uma forma integrada tal



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

como nós a propusemos, com uma revisão geral do Regulamento de Taxas da utilização dos equipamentos desportivos, sabendo se integradamente as definições de políticas da Autarquia. É essa a questão! Até porque e já agora e, para que fique claro, não é para mim claro e, absolutamente evidente se possa isentar só por si da utilização das Piscinas Municipais, os cidadãos maiores dos 65 anos de idade e em si mesmo, pode não ser um factor diferenciador das possibilidades de suportar parte dos encargos.

E, meus caros amigos, eu não vejo assim as coisas!

Isto não é igualdade!

Isto é igualitarismo do mais baixo e do mais populista!

Nós nessa, não entramos!”

### **Ponto 10 – Regulamento do Programa “Coimbra tem mais encanto”**

#### ***Deliberação nº 53/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado 15 de Setembro de 2014, aprovar o Regulamento do Programa “Coimbra Com Mais Encanto”.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Este documento, dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.

### **Ponto 11 – Conselho Municipal de Educação**

#### **Intervenção da deputada municipal Margarida Fonseca (CDU);**

“Aquilo que a CDU pretendia aqui com esta intervenção era, fazer um apelo para que o Conselho Municipal da Educação, começasse a ter um funcionamento regular, credível e que efectivamente cumprisse, quer se concorde ou não com os objectivos que estão no pressuposto da sua constituição e que, estão aqui também enunciados.

Isto para dizer que, este é um dos espaços, porque há outros, mas este, é um dos espaços onde, as políticas educativas do concelho têm que ser efectivamente discutidas e analisadas, quando eu digo “*um dos espaços*” é porque, ... até pela sua composição é demasiado restrito e limitado este discussão. Mas este é um dos espaço onde têm efectivamente que as coisas de acontecer com a regularidade que nos últimos anos, não se têm verificado.

As questões como aquelas que hoje aqui vieram de encerramento de escolas, do futuro da Silva Gaio enquanto EB2/3, é para serem discutidas.

Outra questão que queríamos aqui deixar e aproveitar porque penso que também cabe no Conselho Municipal da Educação, é a situação que se está a viver no Instituto Miguel Torga.”

#### ***Deliberação nº 54/2014 (30/09/2014)***

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade e sob proposta da Câmara Municipal datada do passado 4 de Agosto de 2014, e nos termos da alínea s) do nº1, do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a composição do Conselho Municipal de Educação de Coimbra, e nos termos do DL nº7/2003, de 15 de Janeiro alterado pela Lei nº 41/2003, de 22 de agosto.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

A lista de composição do Conselho Municipal de Educação dada a sua extensão fica apenso à presente acta fazendo parte integrante da mesma.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

### **Ponto 12 – Atas**

A Assembleia Municipal não se pronunciou sobre a acta previamente distribuída.

E sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal para posterior aprovação.